



Eldorado
Brasil

Demonstrações
Financeiras
2018





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos, em linha com as determinações legais e estatutárias, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Eldorado Brasil Celulose S.A. ("Eldorado" ou "companhia"), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este relatório foi elaborado de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (padrão IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). O documento está de acordo com os pronunciamentos, as interpretações e as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e é acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes.

Mensagem da Administração - Ano de 2018

O ano de 2018 ratificou a excelência operacional da Eldorado, destacando-a ainda mais dentro do mercado de celulose. A Companhia teve um excelente desempenho operacional ao longo do ano, com recorde de produção, prosseguindo com sua trajetória ascendente. A Companhia fechou 2018 com 3.658 funcionários, 224 superior a 2017, sendo 3.253 alocados em Mato Grosso do Sul, 386 em São Paulo e 19 em Mato Grosso. A eles é oferecido plano de previdência privada de contribuição definida. Encerramos o ano com EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, na sigla em inglês) recorde de R\$ 3.114 bilhões, um significativo aumento de 40% com relação ao ano anterior e margem EBITDA de 67,4%. O lucro líquido no ano foi de R\$ 816 milhões, 14% superior ao de 2017. A companhia encerrou o ano com posição estável de seu caixa e disponibilidade de aproximadamente R\$ 830 milhões. De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o saldo do lucro líquido remanescente após a compensação de prejuízos acumulados, as destinações da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da reserva para investimentos é destinado ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% ajustado na forma da lei societária. Os resultados operacionais, assim como em anos anteriores, foram destaque em 2018. O volume de produção foi de 1.715 mil toneladas, resultado ligeiramente superior ao registrado em 2017 e 14,3% superior à capacidade nominal da unidade industrial da Eldorado - 1,5 milhão de toneladas de celulose por ano. Além de ser recorde da Companhia esta marca é bastante significativa levando-se em consideração a greve dos caminhoneiros, que abalou o país no primeiro semestre e a parada geral de sua planta de celulose realizada com sucesso no 4º trimestre.

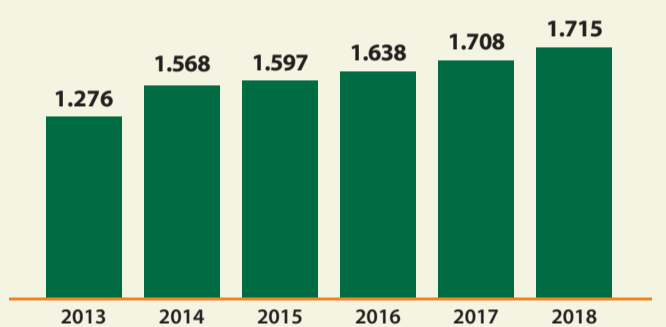
Em 2018, a Companhia consolidou sua estratégia de diversificação de clientes, tanto por segmentos quanto por regiões, além de estabelecer relacionamentos de longo prazo, mitigando os riscos a eles relacionados. Em 2018 as iniciativas da área Florestal foram focadas no aumento da eficiência na colheita e logística florestal, além de melhoria genética dos clones utilizados, detecção de pragas e doenças e redução de perdas com incêndios florestais. Em 2018 a Eldorado conseguiu reduzir em 32 km sua distância média de transporte (DMT) de madeira entre florestas e fábrica, passando de 218 em 2017 para 186 em 2018. A Companhia continua com custo caixa de produção competitivo, finalizando 2018 com uma média de R\$/t 533 (US\$/t 146), 17% inferior à média brasileira, mesmo considerando os efeitos da parada geral de manutenção (Fonte: Hawkings Wright - *Operating costs FOB mil - Dec/18*).

A fábrica é autossuficiente em energia verde, produzida a partir de biomassa oriunda de materiais não aproveitados na produção de celulose (como lignina e resíduos da madeira). Em 2018, foram gerados 1.480 mil MW de energia, dos quais 752 mil MW foram consumidos pela própria planta, 427 mil MW foram vendidos para os parceiros de insumos químicos localizados dentro do complexo industrial da Eldorado e 292 mil MW foram destinados ao sistema elétrico nacional. A geração de 2018 foi 6,4% superior à de 2017. A venda da energia verde para o grid (sistema elétrico nacional) gerou uma receita de R\$ 98 milhões para a companhia, 3,3% superior ao ano anterior.

Comercial e Logística

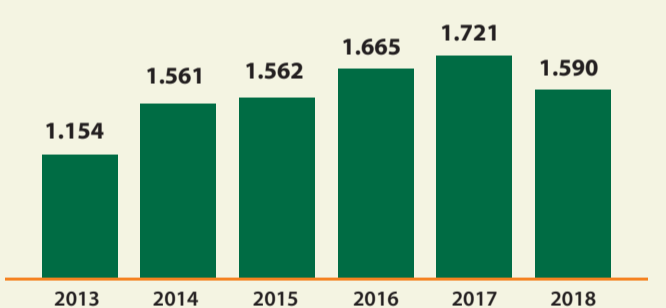
A Eldorado mantém como o principal direcionador da sua estratégia comercial o foco no contínuo desenvolvimento de um portfólio de clientes sólido e diversificado entre segmentos e regiões, bem como o estabelecimento de relacionamentos de longo prazo, de forma a garantir flexibilidade e limitar os efeitos de riscos relacionados a cada mercado e segmento. Segundo relatórios apresentados pela PPPC, o seguimento de P&W, que retraiu 3,5% em 2018, apresenta potencial de crescimento restrito a mercados emergentes. Por outro lado, a demanda por papéis *Tissue* deve crescer globalmente 3,1% em 2018 e até 2022 deve apresentar crescimento anual de 3,2% em média, liderado pela China aonde a expectativa é de crescimento na demanda acima de 6% ao ano. Assim, seguindo sua estratégia comercial, em 2018 a Eldorado aumentou a proporção em seu portfólio de volumes em contrato em cerca de 4%, bem como otimizou a distribuição de vendas nos segmentos e mercados, alinhada com as tendências de crescimento nos próximos anos. Os mercados externos continuam sendo os principais destinos da celulose da empresa, contando com mais de 40 países em todos os continentes, sendo a Ásia ainda o principal destino de suas exportações, representando 38% das vendas de 2018. O mercado brasileiro ganhou 2 p.p. em relação ao ano anterior na distribuição de vendas da Eldorado, chegando a 14% do volume total vendido em 2018. Em relação aos segmentos de atuação dos nossos clientes, a Eldorado segue aumentando a participação das suas vendas no segmento de *Tissue*, esse de maior crescimento e melhores perspectivas, para 38% do volume vendido, e manteve a participação do P&W em 28%. O preço líquido médio em Dólar da celulose vendida pela Eldorado em 2018 foi de US\$/t 750, aumento de US\$/t 153 (+25,6%) em função do incremento do preço internacional da celulose. Esse incremento foi superior ao aumento médio registrado pelos "peers" de mercado. Na área da logística, a Companhia progrediu na consolidação de seus processos e o fortalecimento de suas operações, trazendo uma melhor produtividade e performance em seus embarques, desde o carregamento na fábrica até a entrega no cliente. Nossa distribuição se mantém diversificada e flexível para atender as necessidades dos nossos clientes que recebem nossos produtos através das operações marítimas de container ou *breakbulk*. Evoluímos nossos controles e processos implementando novas ferramentas tecnológicas que atuam desde a contratação de veículo para embarque na fábrica e do controle de embarque, *tracking* e descarga (sistema "EldTruck"), bem como a sistematização da contratação e *tracking* de toda a operação marítima. Nossa visão do mercado é de que a demanda deva manter a sua trajetória de crescimento, puxada pelos mercados emergentes, principalmente China, enquanto a capacidade não acompanhará essa evolução nos próximos anos. Portanto, apesar das incertezas que pesaram sobre o mercado ao final do ano, os fundamentos do mercado permanecem sólidos e devem retomar nos próximos meses a situação de balanço oferta-demanda a favor dos produtores até ao menos 2022. **Florestal:** Entre os destaques da área em 2018, podemos mencionar os recordes de produção na colheita e logística florestal, com 6.568 mil e 6.186 mil metros cúbicos de madeira, respectivamente.

Volume de Produção (Mil Toneladas)



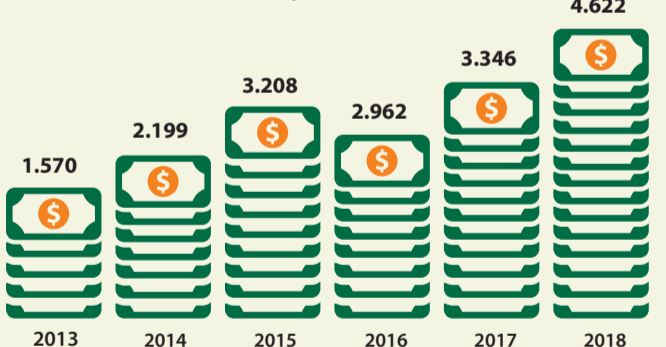
A Companhia apresentou sólido desempenho comercial em 2018, com volume de vendas de 1.590 mil toneladas de celulose, resultado bastante expressivo considerando-se a construção de demanda ocorrida no último trimestre.

Volume de Vendas (Mil Toneladas)



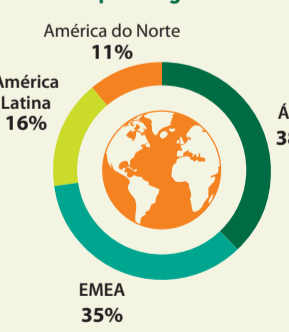
O faturamento bruto da Eldorado em 2018 foi de R\$ 5,6 bilhões, resultado 33% superior ao realizado no ano anterior, principalmente devido ao aumento dos preços de celulose. A Eldorado alcançou em 2018 uma receita líquida de R\$ 4,6 bilhões, resultado 38% superior ao registrado em 2017.

Receita Líquida (R\$ Milhões)

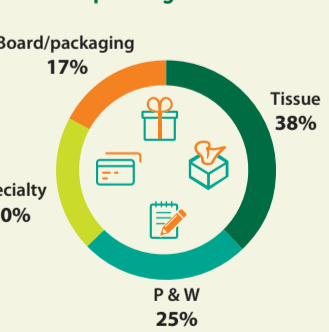


Quanto à distribuição das vendas, a Ásia foi o principal destino de exportação da companhia, com 38% do volume de vendas totais, seguida por Europa - incluindo Oriente Médio e África (35%), América Latina - incluindo Brasil (16%) e América do Norte (11%). Os segmentos de papéis *tissue* (para conforto e higiene pessoal) e imprimir e escrever foram as principais aplicações para a celulose da Eldorado com 38% e 25% de participação das vendas.

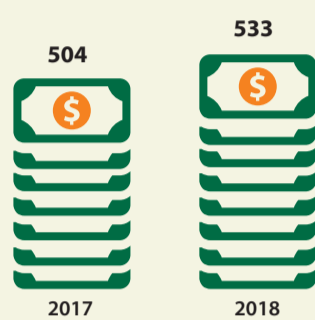
Vendas por Região - 2018



Vendas por Segmento - 2018

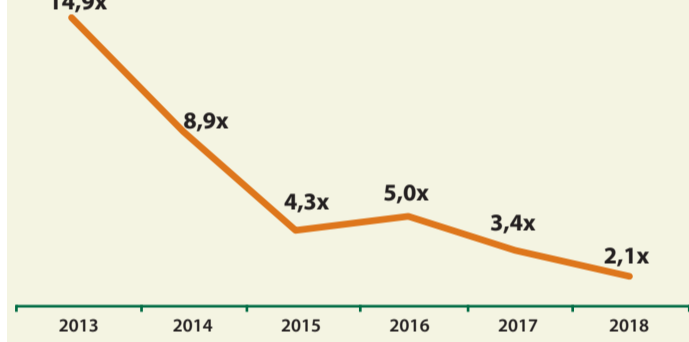


Custo Caixa (R\$/Tonelada)



Em relação ao resultado financeiro, a Eldorado continuou com sua estratégia de *liability management*, melhorando o perfil da dívida e diminuindo sua alavancagem. Simultaneamente a isto, a Companhia continuou o processo de desalavancagem financeira. O índice de Dívida Líquida/EBITDA foi reduzido significativamente, passando de 3,35x em 2017 para 2,09x no final do ano de 2018. Mesmo ritmo acompanhado para a medição em USD, quando passou de 3,24x em 2017 para 2,05x em 2018. O grande destaque foi a geração de caixa operacional, com aumento de 40% em comparação ao ano anterior, devido, principalmente, à melhora no desempenho operacional da Companhia e forte desempenho do mercado de celulose.

Dívida Líquida/EBITDA - R\$



A Companhia destaca que não houve lançamento de quaisquer novos produtos e serviços, bem como nenhum novo investimento. Entretanto, com relação aos projetos já existentes, a saber Vanguarda 2.0 e termoeletrônica Onça Pintada, houve, em 2018, investimentos de aproximadamente R\$ 13 milhões e R\$ 2,9 milhões respectivamente. A expectativa do mercado de celulose é que o cenário de demanda global permaneça aquecido até 2022, suportando os patamares de preços estabelecidos pela indústria e consequentemente permitindo que a Companhia apresente uma geração robusta de caixa nos próximos anos.

A Administração

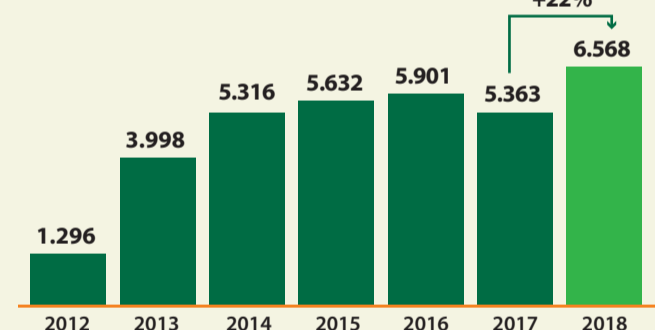
Panorama do setor

O mercado de celulose em 2018 herdou números históricos de preço e demanda observados ao longo de 2017, assegurando, assim, mais um grande ano para a Companhia. Segundo os dados divulgados pelo PPPC a demanda total por celulose de mercado permaneceu praticamente estável frente a 2017 no patamar de 61,1 milhões de toneladas, enquanto a demanda por celulose de eucalipto cresceu 636 mil de toneladas (+2,7%), aumentando a participação dessa fibra no consumo total. Do lado da oferta, observou-se aumentos de capacidade na ordem de 2,3 milhões de toneladas, segundo dados do Hawkings Wright. Esse volume incremental foi sensivelmente compensado pela perda de 1,5 milhão de toneladas de produção provenientes de paradas não programadas. No quarto trimestre observou-se um cenário de mercado de papel e celulose mais desafiador, reflexo do surgimento de incertezas com relação ao ritmo de crescimento da economia chinesa e amplificado devido a incertezas quanto ao desfecho da atual disputa comercial entre EUA e China. Contudo, as perspectivas para o mercado de celulose no ano de 2019 são positivas dado a expectativa de continuidade no crescimento do PIB global em 3,5% e da China em 6,2%, segundo projeções divulgadas pelo FMI em jan/19. Além disso, os fundamentos da indústria permanecem sólidos, devendo o balanço entre oferta e demanda por celulose permanecerem muito equilibrados ao menos até 2022.

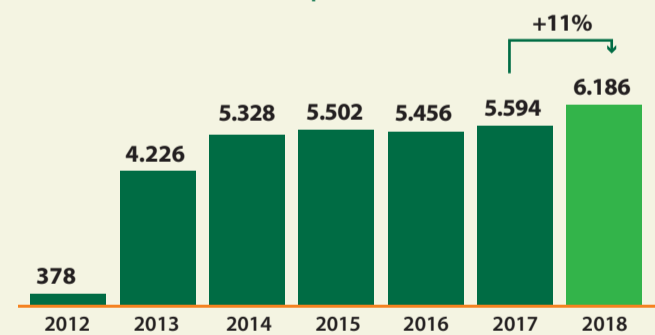
Informações relevantes do exercício de 2018: Industrial

A eficiência da unidade industrial somada à expertise da equipe permite que a produção de celulose branqueada de eucalipto opere em patamar acima de 1,7 milhão de toneladas por ano, muito superior à capacidade nominal de projeto da unidade - 1,5 milhão de toneladas de celulose ao ano. A eficiência operacional da Eldorado que pode ser medida através do máximo ritmo sustentável (MSR) sobre a média de produção onde em 2018 chegamos ao patamar de 94,3%, ante 92,7% do ano anterior. Boa parte deste aumento de eficiência vem da inovação com o projeto fábrica autônoma 4.0, desenvolvida entre a Eldorado e parceiros. Outro ponto que reflete os investimentos em inovação e vem melhorando ano a ano é o indicador de custo caixa de produção, R\$/t 533 (US\$/t 146) em 2018, 17% inferior à média brasileira. A Eldorado tem como um dos seus pilares a "sustentabilidade", e desde o início de operação, vem melhorando seus indicadores ambientais, como redução do consumo específico de água, chegando a 25m³/tsa ante 34 m³/tsa do projeto. Em paralelo as ações internas com reaproveitamento de água fizeram com que reduzíssemos o volume de efluente tratado que foi de 30 m³/tsa do projeto para 20,7 m³/tsa. A parada geral programada para manutenção ocorreu, dentro do planejado, em novembro de 2018, quando a companhia realizou os trabalhos necessários para a continuidade do ótimo funcionamento da planta, aumentando sua confiabilidade e disponibilidade. A Eldorado manteve seu selo HPR (Highly Protected Risk) oferecido pela seguradora FM-Global, prêmio este reconhecido por ser altamente protegida contra risco e tem o compromisso contínuo com a prevenção de Perdas Patrimoniais.

Histórico de Colheita (M³)



Histórico de Transporte de Madeira (M³)



Também são marcos operacionais importantes a maior média de volume de madeira por caminhão, 58,18 m³/viagem e o menor consumo médio de diesel, de 1,86 km/l. Demos um passo importante para isto com a realização de estudos para determinação da curva de secagem da madeira pós colheita, visando determinar o tempo ideal para o transporte da madeira, evitando o transporte desnecessário de água. Alinhados com o plano estratégico de longo prazo, replantamos ou reconduzimos 100% da área própria colhida, totalizando cerca de 19 mil hectares. Além disto, realizamos o manejo florestal adequado em toda nossa base florestal, superior a 230 mil ha. Concluímos o registro junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, dos clones Eld001 e Eld002. No *pipeline* do melhoramento genético, iniciamos o processo de registro e proteção de 4 novos clones que apresentam em média 20% a mais de volume e 3% a mais de densidade básica em relação ao plantel atual. A expectativa é que estes materiais já estejam disponíveis para plantio a partir de 2020. Na área de biotecnologia, em convenio com o IPEF (Instituto de Pesquisas Florestais), trabalhamos no desenvolvimento de protocolos laboratoriais para produção de clones poliploides com uma expectativa de aumento na produtividade e qualidade da madeira. Os primeiros clones resultantes deverão ser plantados em testes de campo em 2019. Em 2018, agregamos 486 novos clones e 390 novas progênies a nossa base genética. Com isto, temos um total de 2.546 clones e 3.526 progênies em teste no Programa de Melhoramento Genético da Eldorado. Em parceria com a Universidade Federal de Viçosa e outras sete empresas florestais, estão sendo desenvolvidas pesquisas na área de genética, nutrição e fisiologia vegetal, visando desenvolvimento de clones tolerantes à seca. A previsão é que os plantios

Por que a Eldorado Brasil se destaca e se consolida cada vez mais no mercado global de celulose

- EBITDA de R\$ 3.114 Bilhões, aumento de 40% com relação ao ano anterior e margem EBITDA de 67,4%.
- Volume de Produção de 1.715 mil de toneladas, resultado 0,4% superior ao registrado em 2017.
- Lucro Líquido de R\$ 816 Milhões, 14% superior ao de 2017

Receita Líquida **4,6** Bilhões
Resultado 38% maior ao registrado em 2017

Capacidade de Produção **1,7** Milhão de toneladas por ano

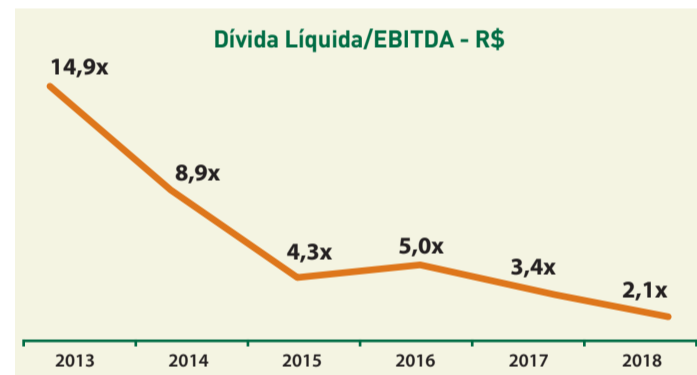
Volume de Vendas **1.590 MIL DE TONELADAS DE CELULOSE**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

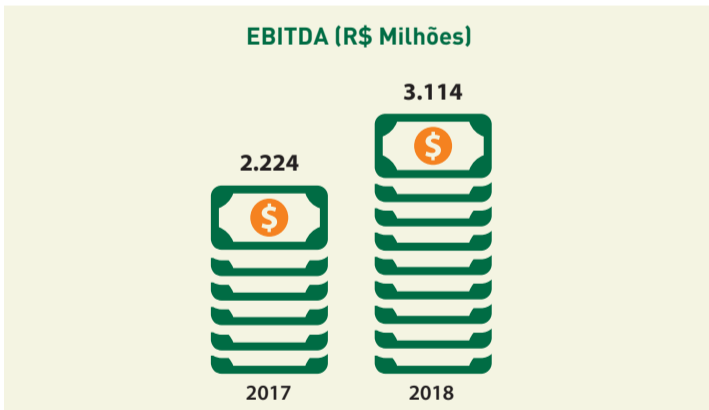
experimentais dos materiais produzidos ocorram em 2019. Com foco nas atuais preocupação ambientais, em um projeto pioneiro, estudamos as melhores práticas para irrigação dos plantios, visando o uso racional dos recursos naturais e consequente redução de custos da operação. Este projeto, denominado IrrigaELD, tem resultados preliminares promissores, apontando para possibilidade de redução de mais de 50% do volume de água utilizado nas plantações de eucalipto. Ainda em 2018, foi implementado o programa de monitoramento nutricional foliar de florestas jovens. O objetivo é avaliar possíveis desequilíbrios, recomendando adubações complementares, caso necessário. O monitoramento permite também avaliar a efetividade das recomendações vigentes. Esta atividade é parte integrante do Programa de Excelência Nutricional Eldorado. Realizamos estudos para monitoramento e detecção de pragas e doenças via sensoriamento remoto (imagens de satélites e drones). Foram monitorados de forma contínua e quinzenal cerca 10.000 ha de florestas. A técnica está em processo de calibração e apresenta resultados promissores para pragas como percevejo-bronzeado e lagartas desfolhadoras. No programa de manejo integrado de pragas e doenças (MIPD), inauguramos a Biofábrica Eldorado para multiplicação de inimigos naturais, que em 2018, produziu 3 espécies de parasitoides para controle biológico de lagartas. O controle biológico reduz a necessidade de pulverizações de produtos químicos no ambiente, além de manterem baixos os níveis populacionais das lagartas, evitando novos surtos. Com o uso de imagens de satélite e drones, desenvolvemos um programa de observação diária de nossas florestas, que nos permite observar diversos fatores biológicos de crescimento e fazer ajustes técnicos necessários para obter a melhor produtividade de nosso ativo biológico. Por último, é importante destacar a redução de perdas com incêndios florestais. Em 2018 foram apenas 5 ocorrências com 26 hectares atingidos com fogo, uma redução de 86% em relação a 2017. Isto é fruto de um eficiente sistema de monitoramento, que, por meio de câmaras e um algoritmo especializado, nos permite a detecção em tempo recorde de qualquer início de incêndio.

Financeiro

A excelência operacional da Companhia, em conjunto com a manutenção dos preços elevados durante o ano, proporcionaram forte geração de caixa. Além disto, seu compromisso com a redução do endividamento resultou em forte desalavancagem (Dívida Líquida/EBITDA), passando de 3,4x em 2017 para 2,1x em 2018.

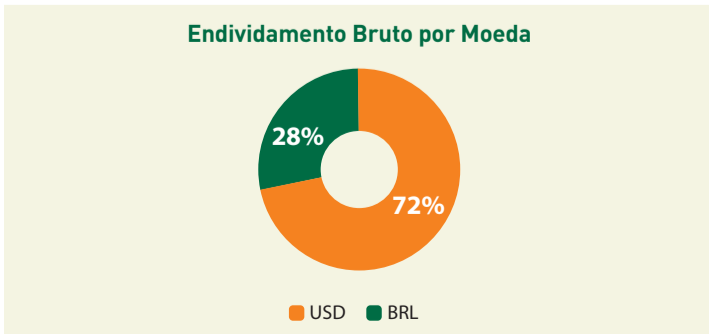


Com uma redução de R\$ 955 milhões em relação a 2017, a Eldorado encerrou o ano com endividamento líquido de R\$ 6.500 milhões e EBITDA de R\$ 3.114 bilhões (40% superior ao último ano).

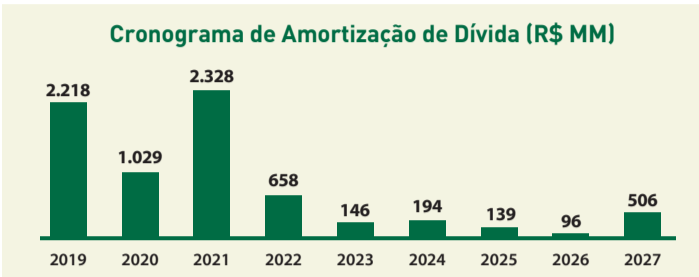


Ao longo de 2018, a Companhia realizou com sucesso a rolagem de suas dívidas de curto prazo, relacionadas às linhas de financiamento para exportação, com condições melhores às até então obtidas. Adicionalmente, a Eldorado permanece focada em seu processo de *liability management* buscando melhorar o perfil da dívida. Com relação à sua dívida de longo prazo, vale destacar que o saldo das debêntures simples totalmente subscritas pelo FI-FGTS, em 31/12/2018, continua o mesmo de sua distribuição, em 17/12/2012. No lado da geração de caixa operacional, a Eldorado também tomou iniciativas para maximizar a eficiência do capital de giro, buscando soluções de gestão junto às instituições financeiras, fornecedores e clientes. Ao final de 2018 a Companhia apresentou uma proporção de endividamento de longo prazo de 70% sobre a dívida total, sendo 56% do total da dívida com vencimento superior a 24 meses.

Endividamento (R\$ mil)	31/12/2018
Moeda Nacional	2.067.897
Curto Prazo	428.537
Longo Prazo	1.639.359
Moeda Estrangeira	5.246.917
Curto Prazo	1.789.782
Longo Prazo	3.457.136
Dívida Bruta Total	7.314.814
(-) Caixa	828.394
(-) MtM Derivativos	(13.829)
Dívida Líquida	6.500.249



O gráfico abaixo apresenta o cronograma de amortização da dívida por ano.



Finalmente, concernente aos investimentos em outras sociedades, a Companhia detém cinco controladas:

Participação Societária	País	31/12/2018	31/12/2017
Subsidiárias			
Cellulose Eldorado Austria GmbH ⁽¹⁾	Áustria	100%	100%
Rishis Empreendimentos e Participações S.A. ⁽²⁾	Brasil	100%	100%
Controlada Indireta			
Eldorado USA Inc. ⁽³⁾	EUA	100%	100%
Eldorado Intl. Finance GmbH ⁽⁴⁾	Áustria	100%	100%
Cellulose Eldorado Asia ⁽⁵⁾	China	100%	100%

⁽¹⁾ Aberta em dezembro de 2012 com o objetivo de atender à demanda de contratos de venda firmados na Europa e Ásia, além de aí prospectar vendas. ⁽²⁾ Sociedade voltada, entre outras atividades, à exploração de armazéns alfandegados e terminais e à prestação de serviços de "operador portuário". ⁽³⁾ Aberta em dezembro de 2012 com o objetivo de atender à demanda de contratos de venda firmados na América do Norte, além de aí prospectar vendas. ⁽⁴⁾ Sociedade constituída, em fevereiro de 2016, para a emissão de bônus no mercado internacional. ⁽⁵⁾ Escritório comercial aberto em Xangai (China), em 2013.

Como os investimentos em outras sociedade são todos de 100%, os efeitos desses estão integralmente refletidos, por consolidação, nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Governança Corporativa

Em linha com as melhores práticas de mercado, a estrutura de Governança Corporativa da Eldorado é formada pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e quatro Comitês de Assessoramento. O Conselho de Administração possui, atualmente, 5 membros. A Companhia conta, ainda, com 4 comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, detalhados mais abaixo. A Eldorado adota diversas providências para atendimento ao artigo 42, do Decreto 8.420/2015, as quais compõem seu programa de integridade listadas a seguir. Além disso, apesar de não ser uma Companhia listada na B3, é registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, como companhia aberta, categoria B, e segue padrões de Governança Corporativa determinados para empresas integrantes do Novo Mercado, dentre os quais podemos destacar:

- Conselho de Administração composto por 5 (cinco) membros, Conselho Fiscal, além de quatro Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, que se reúnem periodicamente, sendo eles: i) Comitê de Auditoria, Finanças e Gestão de Riscos; ii) Comitê de Partes Relacionadas e Conflitos de Interesse; iii) Comitê de Pessoas e Desenvolvimento; e iv) Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Social.
- Código de Conduta, amplamente divulgado a colaboradores, fornecedores, clientes, e aplicável a todos os colaboradores, conselheiros, membros de comitês, membros da diretoria e terceiros envolvidos nas atividades da Companhia. O Código traz uma seção específica que estabeleça sanções em caso de não cumprimento ou violação de condutas consideradas como não aceitáveis. O Código também prevê canais de comunicação para recebimento de sugestões, dúvidas ou denúncias através de telefone ou e-mail.
- Capital Social da companhia formado exclusivamente por ações ordinárias, sendo vedada a emissão de ações preferenciais, conforme disposto no estatuto social.
- Comitê de Ética, com reuniões periódicas para avaliar as denúncias recebidas pelo Canal de Ouvidoria.
- Política de Suprimentos que tem, dentre outros, o objetivo de estabelecer critérios para cotação e contratação de terceiros, de modo a evitar quaisquer favorecimentos, ou possíveis condutas não aceitáveis, além de possuir capítulo específico com documentação mais rígida para contratação de terceiros que prestem serviços atuando perante órgãos ou entes públicos em nome da Companhia.
- A Companhia possui em sua minuta padrão de contratos com fornecedores cláusulas específicas sobre condutas inaceitáveis no âmbito da Lei 12.846/2013.
- Política relativa a registros e controles contábeis composta por capítulo específico no Código de Conduta sobre relatórios financeiros, registros contábeis e auditoria externa nas demonstrações financeiras trimestrais e anuais.
- A Companhia possui uma área de controles internos responsável pela análise dos métodos e medidas adotadas para garantir seus ativos, dados contábeis, bem como o cumprimento de normas e procedimentos.
- Em linha ao compromisso de uma conduta transparente e ética, a Companhia instituiu recentemente a área de *Compliance*, que será responsável por dar continuidade e aprimorar o programa já existente, garantindo o cumprimento de leis, regras e regulamentos aplicáveis.
- Diretrizes para relacionamento com órgãos públicos - Qualquer relacionamento com representantes de órgãos públicos, deve ser feito de forma transparente, observando-se os princípios éticos estabelecidos seu Código de Conduta, destacando-se a não permissão de qualquer forma de concessão de vantagens e privilégios a agentes públicos em razão de sua função.

Acordo de Leniência e Investigação Interna

Como é de conhecimento público, em maio de 2017 determinados executivos e executivos da J&F Investimentos S.A. ("J&F"), na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao "Grupo J&F", do qual a Companhia faz parte, assumiram algumas obrigações no Acordo de Colaboração Premiada com a Procuradoria Geral da República ("PGR"), objetivando o atendimento do interesse público, em especial o aprofundamento, em todo o país, das investigações em torno de eventos contrários à lei. Em 05 de junho de 2017 a J&F celebrou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal ("MPF"), homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em 24 de agosto de 2017, ao qual a Companhia aderiu em 21 de setembro de 2017 ("Acordo"). No Acordo, a J&F comprometeu-se, em seu nome e em nome das empresas por ela controladas, a cooperar voluntariamente com o Estado, a realizar investigações internas e fornecer-lhe elementos de informação para comprovar a materialidade e autoria dos atos irregulares cometidos e confessados, onde, a J&F comprometeu-se a reparar integralmente os danos e prejuízos decorrentes das infrações cometidas mediante o pagamento de R\$ 10,3 bilhões, durante os próximos 25 anos, sendo R\$ 50 milhões em 05 parcelas semestrais com vencimento a partir de dezembro de 2017, e outras 22 parcelas anuais que cubram o saldo devedor com vencimento a partir de dezembro de 2020, a serem pagos exclusivamente pela J&F a título de ressarcimento pelos danos causados pelos fatos investigados nas diversas operações impetradas pelo MPF e Polícia Federal, tais como, Cui Bono, Carne Fraca, Sepsis e Greenfield, e pelos demais fatos mencionados nas delações e consequentemente descritos nos anexos constantes do respectivo Acordo.

A J&F, se comprometeu também (i) a implementar medidas que impeçam a prática de atos ilícitos, corrupção e suborno realizando o aprimoramento e implantação de programas de integridade, a (ii) cooperar e colaborar efetivamente com as investigações oficiais, mediante a realização de uma ampla investigação interna que deverá obedecer as boas práticas internacionais, com o fim de apurar os fatos já levados de boa-fé a conhecimento das autoridades, bem como a, (iii) reparar os danos decorrentes dos atos confessados e descritos no respectivo Acordo. Nos termos da Cláusula 15, XX, do Acordo, é obrigação da J&F conduzir investigação interna, seguindo boas práticas internacionais, com o escopo de verificar e corroborar os fatos ilícitos descritos no Acordo e ainda, identificar eventual existência de documentos ou elementos probatórios adicionais de corroboração dos fatos narrados no Acordo. Diante da tal obrigação, e em decorrência da adesão da Companhia ao Acordo, foi conduzida investigação interna na Companhia pelo escritório de advocacia Barros Pimentel, Alcantara Gil e Rodriguez Advogados ("BP"), tendo este designado a empresa PricewaterhouseCoopers Contadores Públicos Ltda. ("PwC" e, em conjunto com BP, "Equipe de Investigação") para prestar serviços forenses especializados de coleta, hosting, processamento e análise de dados necessários a uma investigação dessa natureza ("Investigação Interna"). A Companhia esclarece que há Anexos do Acordo que ainda estão sob sigilo por determinação do Juízo competente. A Companhia destaca que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente para acompanhar a Investigação Interna e ainda, prestar quaisquer esclarecimentos diretamente ao MPF ("Comitê Independente"). O Comitê Independente ratificou a contratação da Equipe de Investigação, passando esta a responder diretamente ao Comitê Independente, inclusive no que diz respeito a seu escopo de atuação e constatações preliminares e finais. Os trabalhos de investigação foram finalizados pela Equipe de Investigação, com emissão de relatório datado de 20 de abril de 2018, entregue pela Equipe de Investigação ao Comitê Independente e a J&F. As conclusões deste relatório, relacionadas a fatos e dados analisados pela Equipe de Investigação, são no sentido de que não foi encontrado nenhum fato novo, além daqueles já de conhecimento público e mencionados nos Anexos do Acordo, bem como a inexistência de novos fatos relevantes no contexto da avaliação de impactos sobre as demonstrações contábeis da Companhia. Dos temas analisados, o único que trouxe impactos contábeis à Companhia foi aquele relacionado à verificação das circunstâncias de pagamentos realizados pela Companhia no esquema operado por Lucio Funaro para a liberação de recursos pelo FI-FGTS e Caixa Econômica Federal (CEF), envolvendo pagamentos de R\$ 37,4 milhões sem causa. Fato esse que a Companhia, por meio de autuação da Receita Federal do Brasil (RFB), efetuou o pagamento integral de tributos e multas relacionados, no valor de R\$ 46,3 milhões, com redução de 50% da multa. Importante ressaltar que, apesar de terem sido realizados pagamentos pela Companhia a empresas ligadas a Lucio Funaro, nos termos dos Anexos 04 a 06 do Acordo: i) interações com Lucio Funaro não foram feitas por diretores ou colaboradores da Companhia e executivos da Companhia não tinham conhecimento do ajuste com Lucio Funaro; ii) tratava-se de um sistema de pagamento feitos às empresas ligadas a Lucio Funaro através de notas fiscais emitidas contra empresas do grupo, sendo que com relação à Eldorado foram feitos pagamentos no valor de R\$ 37,4 milhões; iii) financiamentos obtidos pela Companhia não tiveram condições mais vantajosas que os demais financiamentos concedidos a outras empresas na época. Nesse sentido, o Relatório traz conclusão que corrobora as alegações acima. Durante o 4T2018, a pedido do Ministério Público Federal à Equipe de Investigação, foram iniciados procedimentos complementares à investigação finalizada anteriormente cujo relatório foi emitido em 20 de abril de 2018. O escopo complementar refere-se exclusivamente a fatos narrados no Acordo de Leniência e temas já abordados na investigação concluída em abril de 2018. Até a presente data, os procedimentos complementares ainda estão em curso e o prazo final previsto para conclusão dos trabalhos é 31 de março de 2019.

Contrato de Compra e Venda de Ações

Em 02 de setembro de 2017, a J&F Investimentos S.A., controladora da Companhia, celebrou um contrato de compra e venda de ações para a alienação de até a totalidade de sua participação acionária, direta e indireta, na Companhia, para a CA Investment (Brazil) S.A., sociedade do grupo Paper Excellence ("Operação"). A Operação foi estruturada em três diferentes etapas, sendo que a transferência do controle da Eldorado ocorreria na última delas, que deveria ser implementada em, no máximo, 12 meses. Até dezembro de 2018, a CA Investment (Brazil) S.A. concluiu as duas primeiras etapas da Operação, pelas quais adquiriu 49,42% do capital da Companhia. A terceira etapa da Operação, entretanto, não foi implementada, dado que condições precedentes à sua realização não foram verificadas dentro do prazo. Como consequência, o controle acionário da Companhia permanece com a J&F Investimentos S.A., titular de 50,58% do capital. No momento está em curso procedimento arbitral em que as acionistas da Companhia discutem aspectos relacionados à terceira etapa da Operação. É impossível prever qual será o desfecho do procedimento. Em um dos cenários, porém, a sentença arbitral poderá levar, de forma indireta, à futura transferência do controle da Companhia para a CA Investment (Brazil) S.A.

Sustentabilidade

Ao longo de 2018, a Eldorado manteve sua estratégia de crescimento e geração de valor alicerçada nos seus quatro direcionadores: competitividade, inovação, sustentabilidade e valorização das pessoas. Como trabalhamos em um setor que envolve diretamente o meio ambiente e recursos naturais, a sustentabilidade é um pilar fundamental do negócio e permeia todas as ações da Companhia. A empresa obteve excelente resultado nas auditorias externas de manutenção das certificações florestais FSC® e CERFLOR®, que são geridas com técnicas de referência em manejo responsável, assim como nas auditorias socioambientais periódicas, feitas pela empresa Environmental Resources Management (ERM) para atendimento a obrigações de parte de seus contratos de financiamento. Garantimos a manutenção dos certificados Halal, que garante que nossos procedimentos e processo produtivo está de acordo com as regras dos países seguidores do Islã. Mantivemos ainda a manutenção do selo Highly Protected Risks (selo HPR), emitida pela resseguradora FM Global em reconhecimento ao alto padrão de qualidade da gestão de risco da operação. Trata-se de uma confirmação do cumprimento de rígidos controles de segurança nos ativos da Companhia, garantindo segurança à operação e aos clientes, além de atestar a confiabilidade das instalações da Eldorado. Neste mesmo período a empresa divulgou seu 5º Relatório de Sustentabilidade - ano-base 2017, seguindo os critérios do *Global Reporting Initiative* (GRI-4), e publicou seu 5º inventário completo de Gases de Efeito Estufa, aplicando a metodologia do padrão GHG Protocol, reafirmando o compromisso com a responsabilidade social e ambiental. Aos *stakeholders locais* foram apresentados os resultados dos monitoramentos ambientais das atividades da Companhia em reunião técnica, demonstrando a performance ambiental de nossas operações, de forma transparente. Além disso, foi distribuído o Resumo Público do Plano de Manejo Florestal 2018 e realizadas mais de 170 reuniões com partes interessadas, proporcionando uma sustentabilidade compartilhada entre a Companhia e comunidades locais. A empresa obteve no final do ano a Licença de Instalação para a implantação da Usina Termoelétrica em Três Lagoas (MS). Essa energia será gerada a partir de restos florestais, como raízes, tocos e demais subprodutos do eucalipto que não resultam em celulose, fazendo um melhor aproveitamento da árvore e gerando energia limpa, proveniente 100% de fonte renovável, alinhada com a proposta de geração de valor aliada a responsabilidade socioambiental.

Considerações Finais

Agradecemos aos nossos clientes pela parceria e confiança, aos nossos acionistas pelo apoio e suporte permanente à nossa administração, aos nossos fornecedores, parceiros e arrendatários, e aos nossos colaboradores, sempre obstinados e comprometidos com o objetivo de colocar a Eldorado Brasil como a empresa mais competitiva do setor.

→ continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	310.419	161.013	610.591	377.507
Contas a receber de clientes	6	1.238.398	1.155.280	651.016	647.709
Estoques	8	368.265	301.046	654.030	493.109
Tributos a recuperar	9	220.012	432.373	220.492	432.717
Adiantamentos a fornecedores	10	12.364	32.976	12.423	33.063
Outras contas a receber	7	3.268	2.783	9	–
Bens disponíveis à venda		–	2.113	–	2.113
Outros ativos circulantes		43.602	38.969	44.080	39.469
Total do circulante		2.196.328	2.126.553	2.192.641	2.025.687
Não circulante					
Contas a receber de clientes	6	–	683	–	683
Aplicações financeiras	5.2	160.621	168.038	217.802	219.336
Tributos a recuperar	9	1.039.931	629.934	1.039.944	629.939
Adiantamentos a fornecedores	10	97.152	83.873	97.152	83.873
Provisão de renda e contribuição social diferidos	18	37.368	391.044	37.368	391.044
Depósitos, cauções e outros		5.656	6.821	6.039	7.164
Outros ativos não circulantes		14.943	14.993	14.947	14.996
Total do não circulante		1.355.671	1.295.386	1.413.252	1.347.035
Total do ativo		10.636.601	10.612.518	10.671.571	10.550.557

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	2.131.478	2.319.414	2.218.319	2.392.372
Fornecedores	15	226.085	210.378	227.526	223.380
Outras contas a pagar	7	118.447	135.977	28.007	31.257
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	17	141.893	185.912	150.662	190.719
Derivativos a pagar		13.829	–	13.829	–
Dividendos propostos		7.636	–	7.636	–
Outros passivos circulantes		5.532	9.312	38.239	10.514
Total do circulante		2.644.900	2.860.993	2.684.218	2.848.242
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	3.619.771	4.332.103	5.096.496	5.659.698
Fornecedores	15	4.536	6.629	4.536	6.629
Outras contas a pagar	7	1.444.112	1.298.834	–	–
Provisão para riscos processuais	19	9.167	12.608	9.167	12.608
Provisão para perdas em controladas	12	36.961	77.971	–	–
Total do não circulante		5.114.547	5.728.145	5.110.199	5.678.935
Patrimônio líquido					
Capital social		1.788.792	1.788.792	1.788.792	1.788.792
Reserva de incentivos fiscais		998.160	849.487	998.160	849.487
Reserva legal		9.432	–	9.432	–
Reserva para expansão		22.906	–	22.906	–
Ajustes acumulados de conversão		57.864	12.334	57.864	12.334
Prejuízos acumulados		–	(627.233)	–	(627.233)
Total do patrimônio líquido		2.877.154	2.023.380	2.877.154	2.023.380
Total do passivo e patrimônio líquido		10.636.601	10.612.518	10.671.571	10.550.557

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Receita líquida	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Custo dos produtos vendidos	21	4.387.209	3.170.465	4.622.087	3.345.943
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	23	(1.688.880)	(1.554.598)	(1.657.848)	(1.536.482)
Resultado antes das receitas(despesas) financeiras e impostos		2.698.329	1.615.867	2.964.239	1.809.461
Resultado financeiro líquido	24	2.704.202	1.789.088	2.713.697	1.789.239
Despesas financeiras		(815.101)	(839.484)	(821.025)	(837.545)
Receitas financeiras		27.792	76.763	29.729	77.780
Variação cambial, líquida		(747.579)	(60.231)	(748.057)	(60.348)
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	18	1.169.314	966.136	1.174.344	969.126
Imposto de renda e contribuição social		242	(99.954)	(4.772)	(102.944)
Lucro líquido do período		(953.676)	(152.815)	(353.692)	(152.815)
Lucro líquido por ação		0,53	0,47	0,53	0,47

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		1.169.314	966.136	1.174.344	969.126
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		242.745	238.889	232.829	248.407
Exaustão		184.073	181.858	166.616	183.320
Amortização de mais valia		1.179	2.948	1.179	2.948
Valor residual de bens baixados do ativo imobilizado		132.664	10.662	132.664	10.663
Valor justo do ativo biológico		(276.420)	(373.016)	(276.420)	(373.016)
Encargos financeiros - juros e variação cambial		1.262.390	636.845	1.641.659	780.921
Encargos financeiros - juros e variação cambial - partes relacionadas		389.747	149.721	(2.382)	(4.920)
Provisão para riscos processuais		6.475	5.124	6.475	5.124
Derivativos		13.829	–	13.829	–
Clientes - variação cambial		6.522	(14.998)	6.522	(14.998)
Resultado de equivalência patrimonial		4.444	6.887	–	–
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		5.700	–	6.027	–
Total do fluxo de caixa das atividades operacionais		3.142.662	1.811.056	3.103.342	1.807.575
Diminuição(aumento) em ativos					
Contas a receber de clientes		(250.877)	(200.822)	(241.441)	(108.247)
Estoques		157.267	158.478	137.330	121.847
Impostos a recuperar		(197.636)	(153.315)	(197.735)	(150.157)
Adiantamentos a fornecedores		7.333	(9.442)	7.367	(9.411)
Outros créditos		(485)	–	(9)	–
Outros ativos circulantes e não circulantes		(1.306)	8.592	(1.257)	8.354
Aumento líquido(diminuição) em passivos					
Fornecedores		13.614	(12.304)	6.764	(27.279)
Débito com empresas ligadas		(43.043)	(4.948)	(3.250)	(4.948)
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais		64.584	(61.077)	63.379	(62.273)
Outros passivos circulantes e não circulantes		(13.696)	2.046	15.328	(7.573)
Ajustes de avaliação patrimonial e acumulados de conversão		–	–	–	27.494
Caixa gerado pelas atividades operacionais		2.878.417	1.538.264	2.889.812	1.595.382
Imposto de renda e contribuição social pagos		(108.361)	–	(108.358)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.770.056	1.538.264	2.781.454	1.595.382
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aumento em ativos biológicos		(287.540)	(348.172)	(287.540)	(348.172)
Adições no ativo imobilizado e intangível		(115.134)	(94.683)	(115.999)	(95.171)
Caixa recebido na alienação de ativo imobilizado		156.220	13.977	156.220	13.977
Aplicações financeiras		7.417	(6.639)	9.848	(57.937)
Crédito com empresas ligadas		–	29.207	–	29.207
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(239.037)	(406.310)	(237.471)	(458.096)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos e financiamentos captados		1.495.220	1.082.247	1.495.220	1.082.247
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal		(2.559.926)	(2.017.393)	(2.637.794)	(2.095.263)
Amortização de empréstimos e financiamentos - juros		(476.581)	(538.237)	(604.367)	(667.269)
Amortização de empréstimos e financiamentos - variação cambial		(621.371)	(132.116)	(631.974)	(129.083)
Amortização de empréstimos partes relacionadas - principal		(79.276)	(79.276)	–	–
Amortização de empréstimos partes relacionadas - juros		(132.695)	(121.594)	–	–
Amortização de empréstimos partes relacionadas - variação cambial		(6.984)	5.826	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(2.381.613)	(1.800.543)	(2.378.915)	(1.809.368)
Efeitos da variação cambial no caixa		–	–	68.116	4.952
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa		149.406	(668.589)	233.084	(667.130)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		161.013	829.602	377.507	1.044.637
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		310.419	161.013	610.591	377.507
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa		149.406	(668.589)	233.084	(667.130)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Receita líquida	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Custo dos produtos vendidos	21	4.387.209	3.170.465	4.622.087	3.345.943
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	23	(1.688.880)	(1.554.598)	(1.657.848)	(1.536.482)
Resultado antes das receitas(despesas) financeiras e impostos		2.698.329	1.615.867	2.964.239	1.809.461
Resultado financeiro líquido	24	2.704.202	1.789.088	2.713.697	1.789.239
Despesas financeiras		(815.101)	(839.484)	(821.025)	(837.545)
Receitas financeiras		27.792	76.763	29.729	77.780
Variação cambial, líquida		(747.579)	(60.231)	(748.057)	(60.348)
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	18	1.169.314	966.136	1.174.344	969.126
Imposto de renda e contribuição social		242	(99.954)	(4.772)	(102.944)
Lucro líquido do período		(953.676)	(152.815)	(353.692)	(152.815)
Lucro líquido por ação		0,53	0,47	0,53	0,47

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Receitas	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		4.510.692	3.208.050	4.746.984	3.384.540
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		252.615	360.430	248.698	360.294
Transferências relativas à construção de ativos próprios		8.451	8.817	8.451	8.817
Total do resultado abrangente		4.771.758	3.577.297	5.004.133	3.753.651
Insumos adquiridos de terceiros		(1.118.067)	(989.308)	(1.353.939)	(1.142.228)
Custos dos produtos vendidos, materiais, energia, serviços de terceiros e outros		3.653.691	2.587.989	3.650.194	2.611.423
Depreciação, amortização e exaustão		(427.997)	(240.747)	(400.624)	(431.727)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		3.225.694	1.627.242	3.249.570	2.179.696
Valor adicionado recebido em transferência		–	–	–	–
Equivalência patrimonial		(4.444)	(6.887)	–	–
Receitas financeiras		27.792	46.011	29.729	39.835
Valor adicionado total a distribuir		3.249.042	1.620.366	3.279.299	2.219.531
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		211.904	200.495	220.412	209.299
Benefícios		115.435	103.919		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)

celulose no processo fabril, conforme nota 29. **i. Intangível: (i) Ágio decorrente de combinação de negócios:** O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao valor justo, líquido da perda acumulada no valor recuperável. O ágio é submetido anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderão apresentar redução. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda é reconhecida diretamente no resultado do exercício e não é revertida em períodos subsequentes. Quando da alienação de determinado ativo com o respectivo ágio alocado, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação. **(ii) Outros ativos intangíveis:** Outros intangíveis, incluindo concessão do terminal e *software*, adquiridos pela Companhia tem vida útil definida e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por *impairment* acumulados. **(iii) Amortização:** A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	2018	2017
<i>Software</i>	4 anos	4 anos
Mais-valia pelo direito de uso da concessão de movimentação portuária	14 anos	14 anos
Concessão do terminal	14 anos	14 anos

j. Redução ao valor recuperável: Ao fim de cada exercício, o valor contábil para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável é revisado. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado. Para os testes de *impairment*, os ativos são agrupados juntos no menor ativo do grupo, que gera entradas de caixa do uso que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio resultante de uma combinação de negócios é alocado para UGC ou grupos de UGCs que devem se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o seu justo valor deduzido dos custos de venda. O valor em uso é baseado nos fluxos de caixa futuros, descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo ou UGC. Uma perda por *impairment* é reconhecida se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável. As perdas por *impairment* são reconhecidas nos lucros ou prejuízos. Uma perda por *impairment* em relação a ágio não é revertida. Para outros ativos, uma perda por *impairment* é revertida somente na medida em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por *impairment* tivesse sido reconhecida. **k. Fornecedores:** Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia e suas controladas. **l. Provisões** Uma provisão é reconhecida como passivo, quando são obrigações presentes que possam ser estimadas de maneira confiável, e é mais provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que refleta as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **m. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido do exercício e a média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação. **n. Imposto de renda e contribuição social:** O resultado com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda - (IRPJ) e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (CSLL), limitada a 30% do lucro tributável anual. **(i) Impostos correntes:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre lucro ou prejuízo tributável do exercício, e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. É calculado com base nas alíquotas fiscais decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação. **(ii) Impostos diferidos:** O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as diferenças temporárias a seguir: • O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete a contabilidade, tampouco o lucro ou o prejuízo tributável; • Diferenças relacionadas a investimentos em controladas, filiais e coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto (*joint venture*) na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão e é provável que elas não revertam num futuro previsível; • Imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio; Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos por prejuízos fiscais, créditos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. **o. Benefícios a empregados: Plano de previdência privada de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de Previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os empregados prestam serviços. **p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações internacionais serão efetivas para períodos iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou de forma antecipada essas alterações na preparação das demonstrações contábeis. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

(i) CPC 06 R2/IFRS 16 Leases (Arrendamentos): O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em janeiro de 2016 a norma CPC 06 R2/IFRS 16 - Arrendamento Mercantil, que requer que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial, sendo registrados um passivo para pagamentos futuros e um ativo para o direito de uso. Isenções de reconhecimento serão permitidas para contratos de baixo valor e curto prazo. A definição de arrendamento abrange todos os contratos que dão direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços. As despesas de arrendamento não serão mais reconhecidas de forma linear. As mesmas serão contabilizadas como despesa de juros e amortização, sendo que a despesa total de arrendamento será maior nos primeiros anos do contrato. Isso significa dizer que os arrendamentos irão gerar despesas operacionais e financeiras. A Companhia fará a transição utilizando a abordagem retrospectiva modificada simples, ou seja, aplicará os requerimentos da norma de arrendamento mercantil a todos os seus contratos existentes na data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2019. Sendo assim, não representaremos informações e saldos em base comparativa. A nova norma fornece expedientes práticos cuja eleição é opcional. A Companhia pretende fazer a adoção das seguintes políticas contábeis na transição: • A Companhia não registrará os contratos os quais o prazo do arrendamento termina dentro de 12 meses a contar da data da aplicação inicial da norma; • A Companhia não registrará os contratos os quais o ativo subjacente é de baixo valor quando novo. Valor definido em R\$ 20 mil; • A Companhia aplicará uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente em ambiente econômico similar - "portfólios"). Dentro deste contexto esperamos que a adoção inicial do CPC 06 R2/IFRS 16 impacte de forma significativa as nossas demonstrações contábeis e processos internos. Estamos em processo avançado de avaliação dos efeitos da adoção e, atualmente, acreditamos que os efeitos mais significativos se relacionam com: (i) o reconhecimento de novos ativos de direito de uso e passivos de arrendamento em nosso balanço patrimonial; (ii) fornecer novas divulgações significativas sobre nossas atividades de arrendamento. Não esperamos mudanças significativas em nossas atividades de arrendamento no período que compreende a emissão destas demonstrações contábeis e a data de aplicação inicial. Atualmente esperamos os seguintes efeitos em 1º de janeiro de 2019: • Reconhecimento de passivos operacionais adicionais de aproximadamente R\$ 715 milhões, em contrapartida ao reconhecimento de ativos de direito de uso. Os montantes refletem o valor presente dos pagamentos mínimos remanescentes dos alugueis dos arrendamentos operacionais existentes. Está incluído neste montante, aproximadamente R\$ 120 milhões de contratos de parceria para compra de madeira que se encontra em discussão pelo IBRACON e ABRASCA sobre a adesão ao escopo da norma; • Adotaremos isenção de reconhecimento para contratos de curto prazo e baixo valor, os quais totalizam despesa anual de R\$ 20 milhões. **(ii) Outras alterações:** Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. • Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações; • Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades	23	5	26	5
Bancos - depósitos à vista	21.841	12.472	322.010	228.966
Bancos - aplicações financeiras (a)	288.555	148.536	288.555	148.536
	310.419	161.013	610.591	377.507

(a) Estas são aplicações financeiras de liquidez diária alocadas em Certificado de Depósito Bancário ("CDB") de instituições financeiras de primeira linha com o rendimento que acompanha a taxa interbancária Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5.2. Aplicações financeiras - ativo não circulante:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fundo Caixa FI (a)	70.833	67.245	70.833	67.245
CDB CEF (b)	89.788	100.793	89.788	100.793
Banco do Brasil Paris (c)	—	—	57.181	51.298
	160.621	168.038	217.802	219.336

(a) Aplicação em renda fixa junto à Caixa Econômica Federal, com rendimento bruto de acordo com a variação do CDI. Esses recursos estão atrelados como reciprocidade de aplicação financeira à Emissão de Debêntures no FI-FGTS, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.4. (b) Aplicação CDB junto à Caixa Econômica Federal, com rendimento bruto de acordo com a variação do CDI. Esses recursos estão atrelados como reciprocidade de aplicação financeira à Emissão de NCE, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.2 (i) e (v). (c) Disponibilização em conta corrente junto ao Banco do Brasil Paris. Esses recursos estão atrelados como reciprocidade à operação de Term Loan, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.2 (viii).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Mercado nacional	206.677	138.660	206.677	138.662
Mercado externo	1.031.721	1.017.303	444.339	509.730
	1.238.398	1.155.963	651.016	648.392

Desmembramento

Ativo circulante	1.238.398	1.155.280	651.016	647.709
Ativo não circulante	—	683	—	683
	1.238.398	1.155.963	651.016	648.392

O saldo de contas a receber por idade de vencimento está demonstrado como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	1.191.069	1.134.073	559.363	551.044
Vencido entre 1 e 30 dias	39.492	14.816	79.683	82.562
Vencido entre 31 e 60 dias	6.441	1.199	8.732	5.563
Vencido entre 61 e 90 dias	176	504	1.506	1.488
Acima de 90 dias	1.220	5.371	1.732	7.735
	1.238.398	1.155.963	651.016	648.392

A Companhia possui garantias firmes e instrumentos financeiros de proteção ao crédito para mitigação de eventuais riscos de inadimplência de seus clientes em mercados de maior risco, além disso através das suas políticas e comitê de crédito analisa e monitora constantemente todos os limites de créditos concedidos e recebe cobrança ativa de valores pendentes e/ou vencidos em todos os mercados em que atua. As contas a receber apresentam a necessidade de constituição de perda de crédito esperada principalmente para os clientes em cobrança ou recuperação judicial, com baixa probabilidade de recuperação dos créditos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	—	—	—	—
Adições/reversões	(5.700)	(6.027)	—	—
Varição cambial	—	1	—	—
Saldo final	(5.700)	(6.026)	—	(6.026)

7. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos entre partes relacionadas nas contas patrimoniais e transações que influenciaram nas contas de resultado decorrem de operações em condições e preços de mercado estabelecidos entre as partes e estão a seguir apresentados:

Ativos e Passivos
A receber e a (pagar)

Saldos com empresas controladas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Cellulose Eldorado Austria GmbH (nota 6)	781.611	826.478	—	—
Cellulose Eldorado Austria GmbH PPE (ii)	(203.106)	(259.482)	—	—
Eldorado EUA (nota 6)	218.219	135.194	—	—
Eldorado Intl. Finance GmbH	3.259	2.783	—	—
Eldorado Intl. Finance GmbH PPE (iii)	(1.331.446)	(1.144.072)	—	—
Rhish Empreendimentos e Participações (nota 15)	—	—	—	—
Total líquido a pagar com empresas controladas	(551.563)	(453.475)	—	—
Saldos com acionistas controladores				
J&F Investimentos	9	9	—	—
J&F Investimentos	(28.007)	(31.257)	(28.007)	(31.257)
J&F Investimentos (nota 15)	(49)	(2.828)	(49)	(2.828)
Total líquido a pagar com acionistas controladores	(28.047)	(34.085)	(28.047)	(34.085)
Saldos com empresas pertencentes ao Grupo				
JBS (nota 15)	(988)	(1.673)	(988)	(1.606)
Seara Alimentos (nota 15)	(207)	(258)	(207)	(258)
Total líquido a pagar com empresas pertencentes ao Grupo	(1.195)	(1.931)	(1.195)	(1.864)
Total líquido	(580.805)	(489.491)	(29.242)	(35.949)

Resultado

Receitas e (despesas) Transações com empresas controladas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Cellulose Eldorado Austria GmbH Venda de celulose	3.103.654	2.226.285	—	—
Cellulose Eldorado Austria GmbH (nota 24)	(20.796)	(17.719)	—	—
Eldorado EUA Inc. Venda de celulose	483.546	292.630	—	—
Eldorado Intl. Finance GmbH PPE (iii)	(118.130)	(103.201)	—	—
Rhish Empreendimentos e Participações	(23.225)	(22.054)	—	—
Recursos com empresas controladas, líquidas Transações com acionistas controladores	3.425.049	2.375.941	—	—
J&F Investimentos (nota 24)	(57.583)	(64.193)	(57.583)	(64.193)
J&F Investimentos	—	2.356	—	2.356
Empréstimos para administradores	—	2.818	—	2.818
Despesas com acionistas controladores, líquidas Transações com empresas pertencentes ao Grupo	(57.583)	(59.019)	(57.583)	(59.019)

(i) Aval concedido pela holding J&F Investimentos S.A., para garantia das operações de financiamentos que a Eldorado possui com instituições financeiras; (ii) Operação de financiamento à exportação concedida pela Cellulose Eldorado Austria GmbH para a Eldorado Brasil Celulose S.A. com prazo de 5 anos, com taxa de juros de 6% a.a. + variação cambial; (iii) Operação de financiamento à exportação concedida pela Eldorado Intl. Finance GmbH para a Eldorado Brasil Celulose S.A. com prazo de 5 anos, com taxa de juros de 9,8% a.a. + variação cambial; (iv) Refere-se a valores a pagar sobre diversas transações, dentre elas: frete no transporte de celulose, aquisição de consumíveis para utilização no refeitório, aluguel de imóvel administrativo e de data center, etc; (v) Refere-se a aquisição de consumíveis para utilização no refeitório e kits natalinos; (vi) Refere-se a reembolsos referente a alugueis e despesas corporativas; (vii) Remuneração aos empréstimos ao Diretor-Presidente a taxa 100% CDI, com vencimento em 31 de dezembro de 2017, liquidado antecipadamente em 28 de setembro de 2017. **7.1 Remuneração dos dirigentes:** A despesa de remuneração do pessoal-chave da Administração inclui conselheiros e diretores, apresenta os seguintes montantes para os períodos findos em:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Benefícios (a)	38.912	29.114	43.471	32.665

(a) Os benefícios incluem remuneração fixa (salários, férias e 13º salário), contribuição previdenciária ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bônus e outros. Todos os diretores são parte de contrato de trabalho no regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios.

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Mudas	—	2.570	—	2.570
Matéria-prima (madeira para produção)	194.336	127.311	194.337	127.311
Celulose	34.961	41.629	320.522	233.470
Insumos	19.256	19.254	19.256	19.254
Almoxarifados	119.712	110.282	119.915	110.504
	368.265	301.046	654.030	493.109

Durante o período foi adicionado ao estoque de matéria-prima o montante de R\$ 395.212 (R\$ 271.981 em 31 de dezembro de 2017), referente ao corte de ativo biológico, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ICMS (i)	1.127.166	1.008.245	1.127.646	1.008.485
PIS e COFINS (ii)	42.683	14.328	42.683	14.328
IRPJ	2	105	2	105
ISS	230	224	230	224
Reintegração (iii)	51.110	29.986	51.110	29.986
IRRF (iv)	3.843	8.329	3.843	8.329
IRPJ a compensar (v)	14.652	796	14.665	796
CSLL a compensar (v)	20.257	294	20.257	294
IRPJ - Antecipação (vi)	—	—	—	75
CSLL - Antecipação (vi)	—	—	—	34
	1.259.943	1.062.307	1.260.436	1.062.656

(i) ICMS: A Companhia possui saldo de ICMS acumulado ao longo dos últimos exercícios provenientes de créditos por aquisição de insumos aplicados no processo produtivo, bens classificados como ativo imobilizado para implantação de sua unidade localizada em Três Lagoas - MS. A Companhia vem priorizando uma série de ações no sentido de maximizar a utilização desses créditos e, atualmente, não são esperados prejuízos na sua realização. Entre as ações planejadas pela Companhia, destacam-se o incremento das vendas de celulose para o mercado interno, o que possibilitaria a realização de parte desses créditos, e a obtenção, junto ao governo do Mato Grosso do Sul, de autorização para utilizar os créditos de ICMS para pagar fornecedores que serão contratados no âmbito do Projeto Vanguarda 2.0 para expansão da capacidade de produção. (ii) PIS e COFINS: Corresponde substancialmente a créditos não cumulativos de PIS e COFINS por aquisição de imobilizado, em decorrência da finalização da construção de sua planta industrial colocada em operação ao final do exercício de 2012. Este montante refere-se a créditos incidentes sobre aquisições de equipamentos e de prestação de serviços, os quais são realizáveis mediante compensação com os débitos desses tributos incidentes sobre vendas no mercado interno e com imposto de renda e contribuição social a pagar sobre lucros, e processo de pedidos de ressarcimento à Receita Federal. Outra parte do crédito decorre de decisão favorável, proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª região, em ação judicial movida pela Companhia visando excluir o ICMS da base de cálculo das contribuições sociais (PIS/COFINS), incidente nas operações de venda para mercado nacional. A matéria já foi definitivamente julgada pelo Supremo Tribunal Federal, favoravelmente aos contribuintes, com repercussão geral, no RE 574.706. Aguarda-se o julgamento dos Embargos de Declaração, proposto pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para esclarecimentos de alguns pontos da decisão do STF, os quais porém não podem alterar o mérito da ação. Diante disso, a Companhia decidiu reconhecer o crédito extemporâneo dos valores calculados a maior nos últimos cinco anos. (iii) Reintegra: A partir de outubro de 2014, a Companhia adotou o decreto nº 7.633, de 01 de dezembro de 2011, que regulamentou o Reintegra. O Reintegra estabelece a possibilidade da pessoa jurídica produtora, que efetua a exportação de bens manufaturados no país, apurar valor para fins de ressarcimento parcial ou integral de resíduo tributário existente na sua cadeia de produção. A regulamentação do Reintegra estabelece que o valor será calculado mediante a aplicação do percentual vigente à época da transação, sobre a receita decorrente da exportação de bens produzidos pela pessoa jurídica produtora. (iv) IRRF: Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras de curto prazo, realizável mediante compensação com imposto de renda e contribuição social a pagar sobre lucros. (v) IRPJ e CSLL a compensar: Corresponde ao imposto de renda e contribuição social em 2017, recolhidos antecipadamente sob regime de apuração pelo lucro real e que no encerramento do exercício, quando da apuração efetiva observou-se recolhimento efetuado a maior. Com base na legislação vigente será compensado com tributos federais a pagar em 2018. (vi) IRPJ e CSLL - antecipação: Corresponde ao imposto de renda e contribuição social pessoa jurídica recolhido antecipadamente com base no lucro fiscal apurado, atendendo as regras previstas na sistemática do regime de apuração pelo Lucro Real. Ao final de cada exercício, o saldo antecipado é realizado através da compensação com o montante apurado de imposto de renda e contribuição social corrente devido.

10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Compra de madeira (i)	97.152	101.059	97.152	101.05

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Em milhares de Reais)

Consolidado - 31/12/2018				
Taxas ponderadas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Terra nua e terrenos	103.211	-	103.211	
Prédios e edificações	3,68%	1.150.808	(199.369)	951.439
Benefeitorias em propriedade de terceiros	7,48%	12.282	(10.530)	1.752
Instalações e benfeitorias	5,53%	288.769	(63.701)	225.068
Móveis e utensílios	9,29%	9.316	(4.396)	4.920
Veículos	21,39%	130.976	(101.549)	29.427
Instrumento técnico-científico	10,93%	6.383	(3.827)	2.556
Equipamentos de informática	19,89%	64.964	(59.485)	5.479
Máquinas e equipamentos	6,40%	3.650.252	(903.084)	2.747.168
Embarcações	20,00%	7	-	7
Matrizes de eucalipto	20,00%	79	(45)	34
Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado	-	243.737	-	243.737
		5.660.784	(1.345.986)	4.314.798

Consolidado - 31/12/2017				
Taxas ponderadas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Terra nua e terrenos	103.211	-	103.211	
Prédios e edificações	2,84%	1.128.025	(158.585)	969.440
Benefeitorias em propriedade de terceiros	7,38%	70.679	(14.929)	55.750
Instalações e benfeitorias	5,57%	279.893	(51.471)	228.422
Móveis e utensílios	9,19%	9.028	(3.213)	5.815
Veículos	21,88%	127.798	(75.113)	52.685
Instrumento técnico-científico	11,84%	6.087	(3.327)	2.760
Equipamentos de informática	19,31%	64.430	(55.834)	8.596
Máquinas e equipamentos	7,05%	3.781.449	(760.798)	3.020.651
Matrizes de eucalipto	20,00%	79	(29)	50
Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado	-	197.217	-	197.217
		5.767.896	(1.123.299)	4.644.597

Movimentação do ativo imobilizado:

Controladora	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transfêrências	Depre- ciação	Saldo em 31/12/2018
Movimentação						
Terra nua e terrenos	103.211	-	-	-	-	103.211
Prédios e edificações	969.440	-	-	21.395	(39.396)	951.439
Benefeitorias em propriedade de terceiros	8.761	-	(4.449)	(1.538)	(1.232)	1.542
Instalações e benfeitorias	223.579	-	-	13.684	(12.221)	225.042
Móveis e utensílios	5.508	186	(1)	68	(1.100)	4.661
Veículos	52.685	3.588	(27)	115	(26.934)	29.427
Instrumento técnico-científico	2.760	183	-	113	(500)	2.556
Equipamentos de informática	8.158	270	-	233	(3.424)	5.237
Máquinas e equipamentos	3.012.468	696	(128.187)	28.636	(168.394)	2.745.219
Embarcações	50	-	-	-	-	50
Matrizes de eucalipto	50	-	-	-	(16)	34
Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado	191.505	110.176	-	(63.998)	-	237.683
	4.578.125	115.106	(132.664)	(1.292)	(253.217)	4.306.058

Controladora	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Dispo- nibilizadas à venda	Transfêrências	Depre- ciação	Saldo em 31/12/2017
Movimentação							
Terra nua e terrenos	101.701	2.060	(550)	-	-	-	103.211
Prédios e edificações	967.971	-	-	-	33.336	(31.867)	969.440
Benefeitorias em propriedade de terceiros	10.236	-	-	-	-	(1.475)	8.761
Instalações e benfeitorias	210.471	-	(20)	-	25.241	(12.113)	223.579
Móveis e utensílios	5.714	291	(9)	-	289	(777)	5.508
Veículos	77.272	6.569	(3.667)	(1.419)	-	(26.070)	52.685
Instrumento técnico-científico	3.181	158	-	-	36	(615)	2.760
Equipamentos de informática	18.299	542	(13)	-	596	(11.266)	8.158
Máquinas e equipamentos	3.146.455	9.743	(6.403)	(5.409)	39.593	(171.511)	3.012.468
Matrizes de eucalipto	66	-	-	-	-	(16)	50
Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado	218.903	75.171	-	-	(102.569)	-	191.505
	4.760.269	94.534	(10.662)	(6.828)	(3.478)	(255.710)	4.578.125

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Dispo- nibilizadas à venda	Transfêrências	Depre- ciação	Vari- ação cambial	Saldo em 31/12/2018
Movimentação								
Terra nua e terrenos	103.211	-	-	-	-	-	-	103.211
Prédios e edificações	969.440	-	-	-	21.395	(39.396)	-	951.439
Benefeitorias em propriedade de terceiros	55.750	-	(4.449)	(48.299)	(1.250)	-	-	1.752
Instalações e benfeitorias	228.422	-	-	8.669	(12.226)	3	225.068	
Móveis e utensílios	5.815	203	(1)	68	(1.173)	8	4.920	
Veículos	52.685	3.588	(27)	115	(26.934)	-	29.427	
Instrumento técnico-científico	2.760	183	-	113	(500)	-	2.556	
Equipamentos de informática	8.596	270	-	233	(3.623)	3	5.479	
Máquinas e equipamentos	3.020.651	696	(128.187)	22.615	(168.607)	-	2.747.168	
Embarcações	50	-	-	-	-	-	7	
Matrizes de eucalipto	50	-	-	-	(16)	-	34	
Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado	197.217	111.024	-	(64.504)	-	-	-	243.737
	4.644.597	115.971	(132.664)	(59.395)	(253.725)	14	4.314.798	

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Dispo- nibilizadas à venda	Transfêrências	Depre- ciação	Saldo em 31/12/2017
Movimentação							
Terra nua e terrenos	101.701	2.060	(550)	-	-	-	103.211
Prédios e edificações	967.971	-	-	-	33.336	(31.867)	969.440
Benefeitorias em propriedade de terceiros	61.093	-	-	-	119	(5.462)	55.750
Instalações e benfeitorias	215.617	-	(20)	-	25.249	(12.424)	228.422
Móveis e utensílios	5.990	291	(9)	-	392	(849)	5.815
Veículos	77.295	6.569	(3.667)	(1.419)	-	(26.093)	52.685
Instrumento técnico-científico	3.181	158	-	-	36	(615)	2.760
Equipamentos de informática	18.872	551	(14)	-	665	(11.478)	8.596
Máquinas e equipamentos	3.155.050	9.743	(6.403)	(5.409)	39.888	(172.218)	3.020.651
Matrizes de eucalipto	66	-	-	-	-	(16)	50
Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado	224.806	75.650	-	-	(103.239)	-	197.217
	4.831.642	95.022	(10.663)	(6.828)	(3.554)	(261.022)	4.644.597

Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado: Os montantes em aberto com obras em andamento e com adiantamentos para imobilização em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são relacionados às melhorias estruturais da fábrica de celulose e seu entorno, bem como com gastos com engenharia básica, licenciamento ambiental e obras de infraestrutura para a construção do Projeto Vanguarda 2.0, nova linha de produção com capacidade de mais de 2,3 milhões de toneladas de celulose por ano. Os ativos da Companhia são dados em garantia aos seus empréstimos e financiamentos até o limite máximo de cada uma das dívidas assumidas (nota explicativa nº 16). **Revisão de vida útil:** Com o objetivo de atender o CPC 27, a Companhia revisou a vida útil técnica do ativo imobilizado e verificou que alguns itens deveriam ser adequados a fim de melhor aderência à realidade atual da operação. As premissas utilizadas pela área técnica possuem base na operacionalidade dos bens: carga horária, obsolescência tecnológica, condições de uso e manutenções efetuadas. Os efeitos foram reconhecidos de forma prospectiva e o impacto é de aproximadamente R\$ 2 milhões/mês em 2018. **Teste de valor recuperável - imobilizado:** O saldo de imobilizado e outros ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Em 2018 e 2017, não foram identificadas evidências de perdas não recuperáveis.

14. INTANGÍVEL

	Controladora - 31/12/2018			
	Taxas ponderadas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Software de informática	20,54%	19.334	(13.552)	5.782
Controladora - 31/12/2017				
	Taxas ponderadas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido
	21,18%	18.014	(10.677)	7.337
Consolidado - 31/12/2018				
	Taxas ponderadas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido
	6,94%	17.002	(4.128)	12.874
Software de informática	20,46%	20.064	(14.027)	6.037
Concessão de terminal	7,14%	79.091	(15.866)	63.225
		116.157	(34.021)	82.136
Consolidado - 31/12/2017				
	Taxas ponderadas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido
	6,94%	17.001	(2.948)	14.053
Software de informática	21,02%	18.744	(11.008)	7.736
Concessão de terminal	7,14%	20.988	(9.535)	11.453
		56.733	(23.491)	33.242

Movimentação do ativo intangível:

Controladora	31/12/2017	Adições	Transferências	Amortizações	31/12/2018
Movimentação					
Software de informática	7.337	28	1.292	(2.875)	5.782
Movimentação					
Software de informática	6.450	149	3.478	(2.740)	7.337
Movimentação					
31/12/2017	31/12/2017	Adições	Transferências	Amortizações	31/12/2018
Mais-valia pelo direito de uso da concessão de movimentação portuária	14.053	-	-	(1.179)	12.874
Software de informática	7.736	28	1.292	(3.019)	6.037
Concessão de terminal	11.453	-	58.103	(6.331)	63.225
	33.242	28	59.395	(10.529)	82.136
Movimentação					
31/12/2016	31/12/2016	Adições	Transferências	Amortizações	31/12/2017
Mais-valia pelo direito de uso da concessão de movimentação portuária (a)	17.001	-	-	(2.948)	14.053
Software de informática	6.907	149	3.554	(2.874)	7.736
Concessão de terminal	12.952	-	-	(1.499)	11.453
	36.860	149	3.554	(7.321)	33.242

(a) Refere-se à mais-valia pelo direito de uso da concessão de movimentação portuária (nota 12). **Bens do ativo imobilizado e intangível - teste de impairment:** Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia avaliou se havia qualquer indicação de que seus ativos ao final dos prazos estimados de benefício econômico talvez estivessem defasados ou desvalorizados, e concluiu que não há nenhuma indicação de impairment.

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Materiais e serviços	69.261	46.576	65.447	58.459
Insumos	146.099	151.275	146.100	151.275
Outros	15.261	19.156	20.515	20.275
	230.621	217.007	232.062	230.009
Passivo circulante	226.085	210.378	227.526	223.380
Passivo não circulante	4.536	6.629	4.536	6.629
	230.621	217.007	232.062	230.009

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Financiamentos para aquisição de ativo imobilizado	Taxa média anual de juros e comissões	Vencimento	Controladora	
				31/12/2018	31/12/2017
FINAME - Financiamentos a Empreendimentos	ACC - Adiantamento	Juros médios de 3% a 8% a.a.	Julho/2023	14.072	40.527
CONTRATO CÂMBIO (i)	Varição cambial + juros		Junho/2019	954.153	1.070.650
BNDÉS (ii)	TJLP + spread		Junho/2022	414.659	531.486
BNDÉS (ii)	TJLP/SELIC + spread		Julho/2022	1.903.920	2.079.771
FINEM Florestal (x)	TJLP/SELIC + spread		Maio/2025	197.497	187.044
ECAs - Export Credit Agencies (iii)	Varição cambial + juros de 2,8% a 5,69% a.a.		Novembro/2022	805.223	846.305
Debêntures (segunda emissão) (iv)	IPCA + juros de 7,41% a.a.		Dezembro/2027	1.215.417	1.233.020
Capital de giro (vi)	Taxa de 5,74% a.a. em US\$		Dezembro/2020	20.057	25.684
PPE (vii)	LIBOR + spread		Março/2018	-	18.635
NCE (v)	CDI + spread		Dezembro/2019	224.904	616.244
Leasing	PreFixada - 12,9854% a.a.		Julho/2020	1.347	2.151
				5.751.249	6.651.517

Desmembramento

Passivo circulante	2.131.478	2.319.414
Passivo não circulante	3.619.771	4.332.103
	5.751.249	6.651.517

O vencimento do passivo não circulante ocorrerá em:

2020	943
------	-----

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de Reais)

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. Capital social: O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 1.788.792 composto por 1.525.558.419 ações ordinárias. **20.2. Reserva legal:** Quando da ocorrência, é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, quando incorrido, nos termos do artigo 193, da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **20.3. Reserva de incentivos fiscais:** A Companhia constituiu reserva de incentivos fiscais de parcela do lucro líquido decorrente de subsídios governamentais, por meio de créditos outorgados de ICMS, oriundo de pacote de incentivos fiscais concedidos pelo Governo do Mato Grosso do Sul para aplicação em sua futura expansão industrial. **20.4. Dividendos:** De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o saldo do lucro líquido remanescente após a compensação de prejuízos acumulados, as destinações da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da reserva para investimentos é destinado ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% ajustado na forma da lei societária. **20.5. Ajustes acumulados de conversão:** Os ajustes acumulados de conversão representam as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações contábeis de operações no exterior. **20.6. Resultado por ação:** Básico: O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro atribuível aos acionistas ordinários dividido pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação:

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado atribuível aos acionistas	815.880	713.367
Total de ações do período - milhares	1.525.558	1.525.558
Lucro por ações	0,53	0,47

21. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta de vendas	827.523	564.463	827.523	564.464
Mercado interno	3.715.701	2.668.740	4.808.894	3.502.929
Mercado externo	(1.319)	(2.019)	(884.997)	(671.780)
Descontos e abatimentos	4.541.905	3.231.184	4.751.420	3.395.613
Deduções de vendas e impostos	(154.696)	(60.719)	(129.333)	(49.670)
Receita operacional líquida	4.387.209	3.170.465	4.622.087	3.345.943

22. SEGMENTOS OPERACIONAIS

a. Base para segmentação: A Administração da Companhia definiu três segmentos: celulose, energia e outros com base nos relatórios utilizados pelo Conselho para tomar decisões estratégicas e operacionais. O resumo a seguir descreve as operações de cada um dos segmentos, cujas metas de desempenho para fins de avaliação, são definidas e controladas:

Segmentos reportáveis	Operações			
	Consolidado - 31/12/2018			
Energia	Celulose	Energia	Outros	Total
Celulose				
Outros				
Segmentos reportáveis: As informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão apresentadas a seguir:				
Receita líquida				
Mercado externo	3.923.601	3.923.601	3.923.601	3.923.601
Mercado interno	593.731	98.151	6.604	698.486
Custo dos produtos vendidos	(1.259.913)	(1.990)	(17.027)	(1.278.930)
Lucro/(prejuízo) bruto	3.257.419	96.161	(10.423)	3.345.157
Despesas/receitas operacionais				
Administrativas e gerais	(134.004)	-	-	(134.004)
Com vendas e logística	(441.429)	-	-	(441.429)
Valor justo do ativo biológico	276.420	-	-	276.420
Depreciação, amortização e exaustão	(400.622)	-	-	(400.622)
Outras receitas/(despesas) líquidas	70.175	-	-	70.175
Resultado financeiro líquido				
Despesas financeiras	(821.025)	-	-	(821.025)
Receitas financeiras	29.729	-	-	29.729
Varição cambial, líquida	(748.057)	-	-	(748.057)
Lucro/(prejuízo) antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	1.088.606	96.161	(10.423)	1.174.344
Imposto de renda e contribuição social	(358.464)	-	-	(358.464)
Lucro/(prejuízo) líquido do período	730.142	96.161	(10.423)	815.880

Receita líquida	Consolidado - 31/12/2017			
	Celulose	Energia	Outros	Total
Mercado externo	2.844.539	-	-	2.844.539
Mercado interno	404.985	95.018	1.401	501.404
Custo dos produtos vendidos	(1.122.170)	(2.051)	(5.023)	(1.129.244)
Lucro/(prejuízo) bruto	2.127.354	92.967	(3.622)	2.216.699
Despesas/receitas operacionais				
Administrativas e gerais	(144.240)	-	-	(144.240)
Com vendas e logística	(337.422)	-	-	(337.422)
Valor justo do ativo biológico	373.016	-	-	373.016
Depreciação, amortização e exaustão	(431.727)	-	-	(431.727)
Outras receitas/(despesas) líquidas	112.913	-	-	112.913
Resultado financeiro líquido				
Despesas financeiras	(837.545)	-	-	(837.545)
Receitas financeiras	77.780	-	-	77.780
Varição cambial, líquida	(60.348)	-	-	(60.348)
Lucro/(prejuízo) antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	879.781	92.967	(3.622)	969.126
Imposto de renda e contribuição social	(255.759)	-	-	(255.759)
Lucro/(prejuízo) líquido do período	624.022	92.967	(3.622)	713.367

Segmentos geográficos:	A seguir, estão apresentadas as informações sobre a receita consolidada com base na localização geográfica real dos clientes.			
	Receita operacional			
	31/12/2018	31/12/2017		
Brasil	698.486	501.404		
China	1.471.722	1.019.944		
Itália	483.724	367.247		
EUA	460.312	262.268		
Áustria	217.816	102.406		
Suécia	194.906	145.927		
Polónia	156.745	91.737		
Japão	126.863	174.094		
Canadá	111.625	70.909		
Alemanha	101.915	98.084		
Espanha	90.671	30.813		
Reino Unido	60.670	3.168		
Argentina	56.138	60.799		
Outros	390.494	417.143		
	4.622.087	3.345.943		

c. Informação sobre os principais clientes: Nenhum cliente de forma individual, representa mais de 10% da receita da Companhia. **d. Informação sobre o total de ativos não circulares:** Na apresentação com base em segmentos geográficos, os ativos do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

Ativos não circulares	31/12/2018		31/12/2017	
Brasil	8.421.560	8.473.398		
Áustria	57.298	51.398		
Estados Unidos	71	71		
China	<u>3</u>	<u>3</u>		
	8.478.930	8.524.870		

23. CUSTOS E DESPESAS COM VENDAS, LOGÍSTICA, ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com pessoal	388.841	357.024	404.471	373.065
Despesas com serviços, materiais e transportes	510.061	469.726	756.314	671.903
Depreciação, exaustão e amortização	426.818	420.747	399.445	431.727
Matéria-prima e consumíveis	686.242	601.305	638.447	549.606
Outros	15.963	11.790	55.129	16.332
	2.027.925	1.860.592	2.253.806	2.042.633
Desmembramento				
Custos com vendas	1.688.880	1.554.598	1.657.848	1.536.482
Despesas administrativas e gerais	130.331	137.736	140.198	150.582
Despesas com vendas e logísticas	208.714	168.258	455.760	355.569
	2.027.925	1.860.592	2.253.806	2.042.633

24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras				
Juros ativos	2.124	4.406	4.012	4.877
Rendimento de aplicações financeiras	22.763	39.198	22.797	39.740
Resultado com derivativos - Ativo	-	28.300	-	28.300
Outras receitas financeiras	2.905	4.859	2.920	4.863
	27.792	76.763	29.729	77.780
Despesas financeiras				
Juros bancárias diversas	(174)	(192)	(640)	(638)
Despesas passivas	(703.750)	(745.143)	(693.515)	(735.558)
Resultado com derivativos - Passivo	(25.257)	-	(25.257)	-
Despesas com fiança	(75.212)	(84.503)	(75.212)	(84.505)
Outras despesas financeiras	(10.708)	(9.646)	(26.401)	(16.844)
	(815.101)	(839.484)	(821.025)	(837.545)
Varição cambial, líquida	(747.579)	(60.231)	(748.057)	(60.348)
	(1.534.888)	(822.952)	(1.539.353)	(820.113)

25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Créditos de ICMS (a)	107.352	151.449	107.352	151.449
Créditos de PIS/COFINS (c)	29.883	-	29.883	-
Vendas de imobilizado	17.856	2.990	17.856	2.988
Contingências processuais	3.441	(5.124)	3.441	(5.123)
PCLD (d)	(5.700)	-	(6.027)	-
Impostos e taxas	(13.111)	-	(13.111)	-
ICMS não recuperável	(14.055)	(27.711)	(14.083)	(27.711)
Indenizações	(17.236)	(6.140)	(17.783)	(6.137)
FADEF/FAI (b)	(11.911)	-	(11.911)	-
Outros	(23.577)	(2.378)	(26.619)	(2.553)
	72.942	113.086	68.998	112.913

(a) Trata-se de Subvenção Governamental para Investimentos, oriunda de pacote de incentivos fiscais concedidos pelo Governo do Mato Grosso do Sul para aplicação na futura expansão industrial (Projeto Vanguarda 2.0). As co-obrigações exigidas para manutenção do benefício incluem: faturamento médio anual, média do número de empregos diretos, investimentos fixos e adesão ao FADEF/MS. A partir de Julho/2018, com assinatura do novo Termo de Acordo nº 1.171/2018, deixamos de usufruir do benefício fiscal aplicado nas Vendas de Celulose para Mercado Exterior; (b) FADEF/MS - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e de Equilíbrio Fiscal do Estado - instituído através da Lei Complementar nº 241/2017: taxa com alíquota entre 8% até 15%, aplicado sobre o valor dos benefícios fiscais

usufruídos pelas empresas com projetos de investimentos incentivados e que aderiram ao Programa Incentivo Legal, criado para convalidar junto ao CONFAZ os Termos de Acordo e Atos Normativos; FAI-MS - Fundo de Apoio à Industrialização, instituído pelo programa MS-Empreendedor (Lei Complementar nº 93/2001): taxa com alíquota de 2% aplicado sobre os valores dos benefícios fiscais usufruídos pelas empresas incentivadas; (c) Crédito decorre de decisão favorável, proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª região, em ação judicial movida pela Companhia visando excluir o ICMS da base de cálculo das contribuições Sociais (PIS/COFINS), incidente nas operações de venda para mercado nacional. A matéria já foi definitivamente julgada pelo Supremo Tribunal Federal, favoravelmente aos contribuintes, com repercussão geral, no RE 574.706. Aguarda-se o julgamento dos Embargos de Declaração, proposto pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para esclarecimentos de alguns pontos da decisão do STF, os quais porém não podem alterar o mérito da ação. Diante disso, a Companhia decidiu reconhecer o crédito extemporâneo dos valores calculados a maior nos últimos cinco anos; (d) As contas a receber se equivalem da necessidade de constituição de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa principalmente aos clientes em cobrança ou recuperação judicial, com baixa probabilidade de recuperação dos créditos.

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a. Plano de previdência privada de contribuição definida: Em julho de 2015, a Companhia aderiu ao plano de previdência privada perante a Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, entidade fechada de previdência complementar. Nos termos do regulamento do plano de benefícios, as contribuições da Companhia acompanham as contribuições dos empregados, podendo variar de 3% a 6% do salário nominal. As contribuições realizadas pela Companhia no período encerrado em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$ 2.491 (R\$ 2.616 em 31 de dezembro de 2017).

27. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais com vigência da apólice de seguro de 15/08/2018 à 15/08/2019 era composto por R\$ 6.903.603 (R\$ 5.221.064 em 31 de dezembro de 2017) para danos materiais, R\$ 1.907.318 (R\$ 2.382.530 em 31 de dezembro de 2017) para lucros cessantes e R\$ 96.870 (R\$ 82.700 em 31 de dezembro de 2017) para responsabilidade civil com vigência igual de 15/08/2018 à 15/08/2019. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado, relacionados principalmente à flutuação das taxas de juros e variações cambiais, riscos de crédito e a riscos de liquidez. **a. Riscos de mercado:** O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado (taxas de câmbio, taxas de juros, taxas de inflação, preços de commodities e preços de ações) afetem o resultado da empresa ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo da gestão de risco de mercado é gerenciar e controlar a exposição a risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis a fim de otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar o risco de mercado, mitigando a volatilidade nos lucros ou prejuízos. **(i) Riscos de taxas de juros:** Refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia e suas controladas podem incorrer devido a oscilações nas taxas de juros. A Companhia possui ativos e, principalmente, passivos expostos a este risco, como operações atreladas a indexadores como Certificado de Depósito Interbancário (CDI), Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), UMBNDES (Unidade Monetária do BNDES), e LIBOR (London Interbank Offer Rate), além de eventuais transações com posições prefixadas que poderão ocasionar perdas originadas pela apuração do valor justo de mercado (marcação a mercado). A Companhia procura mitigar o risco da taxa de juros efetuando a diversificação dos índices contratados e, eventualmente, utilizando a contratação de derivativos. O risco de exposição à taxa de juros da Companhia dá-se sobre os empréstimos e os financiamentos. Segue posição em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Modalidade	Controladora		
	Taxa média anual de juros e comissões	31/12/2018	31/12/2017
FINAME - Financiamentos a Empreendimentos ACC - Adiantamento Contrato Câmbio	Juros médios de 3% a 19,83% a.a.	14.072	40.527
BNDES	Varição cambial + juros TJLP + spread	954.153	1.070.650
BNDES	Taxa Variável BNDES + spread	1.903.920	2.079.771
FINEM Florestal	TJLP/SELIC + spread	197.497	187.044
ECAs - Export Credit Agencies	Varição cambial + juros de 2,8% a 5,69% a.a.	805.223	846.305
Debêntures (segunda emissão)	IPCA + juros de 7,41% a.a.	1.215.417	1.233.020
Capital de Giro	Taxa de 5,74% a.a. em US\$	20.057	25.684
PPE	LIBOR + spread	-	18.635
NCE	CDI + spread	224.904	616.244
Leasing	Pré-Fixada - 12,9854% a.a. em R\$	1.347	2.151
PPE's Intercompanhias	Taxa de juros de 6% a 9,8% a.a. + variação cambial	1.545.290	1.392.421
Aplicações financeiras		(449.176)	(316.574)
		6.847.363	7.727.364

Modalidade	Consolidado		
	Taxa média anual de juros e comissões	31/12/2018	31/12/2017
FINAME - Financiamentos a Empreendimentos ACC - Adiantamento Contrato Câmbio	Juros médios de 3% a 19,83% a.a.	14.072	40.527
BNDES	Varição cambial + juros TJLP + spread	954.153	1.070.650
BNDES	Taxa Variável BNDES + spread	1.903.920	2.079.771
FINEM Florestal	TJLP/SELIC + spread	197.497	187.044
ECAs - Export Credit Agencies	Varição cambial + juros de 2,8% a 5,69% a.a.	805.223	846.305
Debêntures (segunda emissão)	IPCA + juros de 7,41% a.a.	1.215.417	1.233.020
Capital de Giro	Taxa de 5,74% a.a. em US\$	20.057	25.684
PPE	LIBOR + spread	-	18.635
NCE	CDI + spread	224.904	616.244
Term Loan	LIBOR + spread	215.551	256.771
B			

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração. Segue o quadro de classificação por nível de risco:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Controladora						
Ativo						
Aplicações financeiras	160.621	—	—	168.038	—	—
Total do ativo	160.621	—	—	168.038	—	—
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	—	5.751.249	—	—	6.651.517	—
Débitos com empresas ligadas	—	1.562.559	—	—	1.434.811	—
Derivativos a pagar	—	13.829	—	—	—	—
Total do passivo	—	7.327.637	—	—	8.086.328	—
	31/12/2018			31/12/2017		
Consolidado						
Ativo						
Aplicações financeiras	217.802	—	—	219.336	—	—
Total do ativo	217.802	—	—	219.336	—	—
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	—	7.314.815	—	—	8.052.070	—
Débitos com empresas ligadas	—	28.007	—	—	31.257	—
Derivativos a pagar	—	13.829	—	—	—	—
Total do passivo	—	7.356.651	—	—	8.083.327	—

Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria de valor justo:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Controladora				
Ativos				
Ativos pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	310.419	310.419	161.013	161.013
Contas a receber de clientes	1.238.398	1.238.398	1.155.963	1.155.963
Créditos com empresas ligadas	3.268	3.268	2.783	2.783
Ativos pelo custo amortizado totais	1.552.085	1.552.085	1.319.759	1.319.759
Ativos pelo valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	160.621	160.621	168.038	168.038
Ativos financeiros totais	1.712.706	1.712.706	1.487.797	1.487.797
Passivos				
Passivos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	5.751.249	5.751.249	6.651.517	6.651.517
Débitos com empresas ligadas	1.562.559	1.562.559	1.434.811	1.434.811
Passivos pelo custo amortizado totais	7.313.808	7.313.808	8.086.328	8.086.328
Passivos pelo valor justo por meio do resultado				
Derivativos a pagar	13.829	13.829	—	—
Passivos financeiros totais	7.327.637	7.327.637	8.086.328	8.086.328

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Consolidado				
Ativos				
Ativos pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	610.591	610.591	377.507	377.507
Contas a receber de clientes	651.016	651.016	648.392	648.392
Créditos com empresas ligadas	9	9	—	—
Ativos pelo custo amortizado totais	1.261.616	1.261.616	1.025.899	1.025.899
Ativos pelo valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	217.802	217.802	219.336	219.336
Ativos financeiros totais	1.479.418	1.479.418	1.245.235	1.245.235
Passivos				
Passivos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	7.314.815	7.387.972	8.052.070	8.124.348
Débitos com empresas ligadas	28.007	28.007	31.257	31.257
Passivos pelo custo amortizado totais	7.342.822	7.415.979	8.083.327	8.155.605
Passivos pelo valor justo por meio do resultado				
Derivativos a pagar	13.829	13.829	—	—
Passivos financeiros totais	7.356.651	7.429.808	8.083.327	8.155.605

O valor justo dos ativos e passivos financeiros refere-se ao valor pelo qual o instrumento pode ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas e não em uma transação de venda ou liquidação forçada. Os métodos e premissas usadas para estimar o valor justo são descritos abaixo. O valor justo de valores devidos de partes relacionadas aproxima-se de seus valores contábeis, principalmente devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, bem como debêntures da empresa são medidos de duas formas: i) para dívidas com negociação em mercado secundário, onde o valor de liquidação pode diferir do seu valor de custo, é utilizado o valor de mercado no último dia disponível; e ii) para dívidas que não são negociadas em mercado secundário, onde o valor de liquidação é próximo ao valor de custo (principal e juros provisionados até a data), utiliza-se o valor contábil como valor justo. Parte substancial das dívidas da companhia estão nesta categoria, incluindo, mas não limitado, às dívidas com BNDES, ACC, ECAs, entre outras. Os derivativos são medidos usando técnicas de

avaliação com base em dados de mercado observáveis. As técnicas de avaliação mais frequentemente aplicadas, incluem modelos de precificação de contrato de swap, calculando o valor presente dos fluxos de caixa envolvidos na transação. Para cálculo das operações de NDF balcão, é simulada uma liquidação antecipada, utilizando o preço de exercício e PLAX do dia. Para opções de mercadorias futuras na BM&F, utiliza-se o preço de ajuste divulgado por esta entidade. Os modelos incorporam diversos dados, incluindo a qualidade de crédito da contraparte, local e as taxas contratadas.

29. ARRENDAMENTOS OPERACIONAIS

a. Arrendamento operacional de terras: Os arrendamentos operacionais de terras serão pagos da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
2018	—	97.818
2019	127.583	98.700
2020	127.484	98.605
2021	126.698	97.484
2022	119.842	96.208
Acima de 2023	539.407	463.696
	1.041.014	952.511

A Companhia efetua arrendamentos operacionais de terras para utilização em suas operações, com contratos por prazos de quatorze anos. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada cinco anos, de acordo com os aluguéis de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em avaliações individuais de cada fazenda. Os arrendamentos registrados pela Companhia referem-se basicamente a terras para a plantio de eucalipto. Como a escritura do terreno não será transferida conforme contrato de aluguel, a Companhia determinou que o arrendamento do terreno seja operacional. O aluguel pago ao arrendador do terreno é ajustado de acordo com os preços de mercado, em intervalos regulares, e a Companhia não participa no valor residual e todos os riscos e benefícios do arrendamento são do arrendador. Assim, a Companhia determinou que os arrendamentos são arrendamentos operacionais. **b. Arrendamento operacional de planta química e de oxigênio e ramal de distribuição de gás: (i) Pagamentos mínimos futuros de arrendamento mercantil:** Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos operacionais não canceláveis são como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
2018	—	74.725
2019	74.725	74.725
2020	74.725	74.725
2021	74.725	74.725
2022	74.725	74.725
Acima de 2023	410.529	410.528
	709.429	784.153

Valores reconhecidos no resultado:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de arrendamento	123.862	104.570
	123.862	104.570

A Companhia possui contratos de take-or-pay de duas plantas químicas e um ramal de distribuição para suprir as necessidades de insumos para a produção de celulose. Tratam-se de três contratos de take-or-pay, sendo dois deles com prazo de 15 anos, sendo um para suprir as necessidades de Dióxido de Cloro, com início da vigência em dezembro de 2012, cujo preço da Tonelada de Cloro de Sódio deverá ser reajustado no primeiro dia de cada ano pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), e outro para suprir as necessidades de Oxigênio em sua forma gasosa, com início da vigência em outubro de 2012, cuja dívida foi firmada em dólar e as parcelas fixas mensais deverão ser reajustadas pelo Índice CPI (Consumer Price Index) no primeiro dia de cada ano. O terceiro contrato com prazo de 12 anos, para suprir as necessidades de gás natural industrial, com início da vigência em maio de 2016, cujo preço do metro cúbico é composto por três fatores: a) preço do gás natural reajustado trimestralmente de acordo com as médias aritméticas das cotações diárias divulgadas na tabela Spot Price Assessments publicada no Platt's Oilgram Price Report; b) tarifa média do transporte dividida em duas parcelas, sendo a primeira reajustada 0,5% a.a. e a outra em 3,5% a.a., ambos no primeiro dia de cada ano; c) margem fixa da distribuidora reajustada no primeiro dia de cada ano pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). A partir de 30 de junho de 2020, as partes renegociarão as condições comerciais do fornecimento de gás natural, momento em que a Companhia poderá rescindir o presente contrato, na hipótese de se verificar desequilíbrio econômico financeiro ou onerosidade excessiva à Companhia.

30. ACORDO DE COLABORAÇÃO, ACORDO DE LENIÊNCIA E INVESTIGAÇÃO INTERNA

30.1. Informações gerais sobre o Acordo de Colaboração de executivos e ex-executivos da J&F Investimentos S.A.: Como é de conhecimento público, em maio de 2017 determinados executivos e ex-executivos da J&F Investimentos S.A. ("J&F"), na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao "Grupo J&F", do qual a Companhia faz parte, assumiram algumas obrigações no Acordo de Colaboração Premiada com a Procuradoria Geral da República ("PGR"), objetivando o atendimento do interesse público, em especial o aprofundamento, em todo o país, das investigações em torno de eventos contrários à lei. Em 05 de junho de 2017 a J&F celebrou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal ("MPF"), homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em 24 de agosto de 2017, ao qual a Companhia aderiu em 21 de setembro de 2017 ("Acordo"). No Acordo, a J&F comprometeu-se, em seu nome e em nome das empresas por ela controladas, a cooperar voluntariamente com o estado, a realizar investigações internas e fornecer-lhe elementos de informação para comprovar a materialidade e autoria dos atos irregulares cometidos e confessados, onde J&F comprometeu-se a reparar integralmente os danos e prejuízos decorrentes das infrações cometidas mediante o pagamento de R\$ 10,3 bilhões, durante os

próximos 25 anos, sendo R\$ 50 milhões em 05 parcelas semestrais com vencimento a partir de dezembro de 2017, e outras 22 parcelas anuais que cubram o saldo devedor com vencimento a partir de dezembro de 2020, a serem pagos exclusivamente pela J&F a título de ressarcimento pelos danos causados pelos fatos investigados nas diversas operações imputadas pelo MPF e Polícia Federal, tais como, Cui Bono, Carne Fraca, Sepsis e Greenfield, e pelos demais fatos mencionados nas delações e consequentemente descritos nos anexos constantes do respectivo Acordo. A J&F, se comprometeu também (i) a implementar medidas que impeçam a prática de atos ilícitos, corrupção e suborno realizando o aprimoramento e implantação de programas de integridade, a (ii) cooperar e colaborar efetivamente com as investigações oficiais, mediante a realização de uma ampla investigação interna que deverá obedecer as boas práticas internacionais, com o fim de apurar os fatos já levados de boa-fé a conhecimento das autoridades, bem como a, (iii) reparar os danos decorrentes dos atos confessados e descritos no respectivo Acordo. **30.2. Investigação Interna realizada no âmbito da Companhia:** Nos termos da Cláusula 15, XX, do Acordo, é obrigação da J&F conduzir investigação interna, seguindo boas práticas internacionais, com o escopo de verificar e corroborar os fatos ilícitos descritos no Acordo e ainda, identificar eventual existência de documentos ou elementos probatórios adicionais de corroboração dos fatos narrados no Acordo. Diante da tal obrigação, e em decorrência da adesão da Companhia ao Acordo, foi conduzida investigação interna na Companhia pelo escritório de advocacia Barros Pimentel, Alcantara Gil e Rodriguez Advogados ("BP"), tendo este designado a empresa PricewaterhouseCoopers Contadores Públicos Ltda. ("PwC" e, em conjunto com BP, "Equipe de Investigação") para prestar serviços forenses especializados de coleta, *hosting*, processamento e análise de dados necessários à uma investigação dessa natureza ("Investigação Interna"). A Companhia esclarece que há Anexos do Acordo que ainda estão sob sigilo por determinação do Juízo competente. A Companhia destaca que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente para acompanhar a Investigação Interna e ainda, prestar quaisquer esclarecimentos diretamente ao MPF ("Comitê Independente"). O Comitê Independente ratificou a contratação da Equipe de Investigação, passando esta a responder diretamente ao Comitê Independente, inclusive no que diz respeito a seu escopo de atuação e constatações preliminares e finais. Os trabalhos de investigação foram finalizados pela Equipe de Investigação, com emissão de relatório datado de 20 de abril de 2018, entregue pela Equipe de Investigação ao Comitê Independente e a J&F. As conclusões deste relatório, relacionadas a fatos e dados analisados pela Equipe de Investigação, são no sentido de que não foi encontrado nenhum fato novo, além daqueles já de conhecimento público e mencionados nos Anexos do Acordo, bem como a inexistência de novos fatos relevantes no contexto da avaliação de impactos sobre as demonstrações contábeis da Companhia. Dos temas analisados, o único que trouxe impactos contábeis à Companhia foi aquele relacionado à verificação das circunstâncias de pagamentos realizados pela Companhia no esquema operado por Lucio Funaro para a liberação de recursos pelo FI-FGTS e Caixa Econômica Federal, envolvendo pagamentos de R\$ 37,4 milhões sem causa. Fato esse que a Companhia, por meio de autuação da Receita Federal do Brasil, efetuou o pagamento integral de tributos e multas relacionados, no valor de R\$ 46,3 milhões, com redução de 50% da multa. Importante ressaltar que, apesar de terem sido realizados pagamentos pela Companhia a empresas ligadas ao Sr. Lucio Funaro, nos termos dos Anexos 04 a 06 do Acordo: i) interações com o Sr. Lucio Funaro não foram feitas por diretores ou colaboradores da Companhia e executivos da Companhia não tinham conhecimento do ajuste com Lucio Funaro; ii) tratava-se de um sistema de pagamento feitos às empresas ligadas ao Sr. Lucio Funaro através de notas fiscais emitidas contra empresas do grupo, sendo que com relação à Eldorado foram feitos pagamentos no valor de R\$ 37,4 milhões; iii) financiamentos obtidos pela Companhia não tiveram condições mais vantajosas que os demais financiamentos concedidos a outras empresas na época. Nesse sentido, o Relatório traz conclusão que corrobora as alegações acima. Durante o 4T2018, a pedido do Ministério Público Federal à Equipe de Investigação, foram iniciados procedimentos complementares à investigação finalizada anteriormente cujo relatório foi emitido em 20 de abril de 2018. O escopo complementar refere-se exclusivamente a fatos narrados no Acordo de Leniência e temas já abordados na investigação concluída em abril de 2018. Até a presente data, os procedimentos complementares ainda estão em curso e o prazo final previsto para conclusão dos trabalhos é 31 de março de 2019.

31. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE AÇÕES

Em 02 de setembro de 2017, a J&F celebrou um contrato de compra e venda de ações para a alienação de até a totalidade de sua participação acionária, direta e indireta, na Companhia, para a CA Investment (Brazil) S.A., sociedade do grupo Paper Excellence ("CA Investment"), pelo valor total da Companhia de R\$15 bilhões, a ser ajustado de acordo com capital de giro e dívida líquida, nos termos do contrato ("Contrato de Compra e Venda de Ações"). A CA Investment ajuizou tutela cautelar antecedente nº 1083967-87.2018.8.26.0100, perante a 2ª Vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem do Foro Central da Comarca de São Paulo, no início de agosto de 2018, a qual tramita em segredo de justiça, tendo como objeto questões relacionadas ao Contrato de Compra e Venda de Ações. Em 04 de setembro de 2018, a Companhia recebeu correspondência da J&F, informando que a J&F exerceu o direito de extinguir o Contrato de Compra e Venda de Ações. Ainda no mês de setembro de 2018, a Companhia recebeu notificação do órgão competente informando o início de procedimento arbitral pela CA Investment contra a J&F e a Companhia, o qual tramita sob sigilo, tendo como objeto questões relacionadas ao Contrato de Compra e Venda de Ações e assuntos conexos. Em 28/11/2018, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo julgou dois recursos derivados da tutela cautelar antecedente acima referida, tendo negado provimento a todos os pedidos da CA Investment. De outro lado, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (i) suspendeu os efeitos da extinção do Contrato de Compra e Venda de Ações até o final do procedimento arbitral iniciado pela CA Investment; e (ii) confirmou decisão de primeira instância segundo a qual (ii.a) a J&F não deve alienar a terceiros as ações da Eldorado de sua titularidade e (ii.b) as partes devem cumprir determinada cláusula do Contrato de Compra e Venda de Ações que regula aspectos da gestão dos negócios da Eldorado, em ambos os casos até o final do procedimento arbitral iniciado pela CA Investment. Em 31 de dezembro de 2018 a composição acionária da Companhia é composta por 49,42% de participação da CA Investment e de 50,58% de participação acionária da J&F, únicos acionistas da Eldorado, permanecendo a J&F como controladora da Companhia.

DIRETORIA EXECUTIVA

Aginaldo Gomes Ramos Filho - Diretor-Presidente

Germano Aguiar Vieira
Diretor Florestal

Carlos Roberto de Paiva Monteiro
Diretor Técnico Industrial

Rodrigo Libaber
Diretor Comercial e de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jose Batista Sobrinho
Presidente do Conselho de Administração

Sérgio Longo
Vice-Presidente do Conselho de Administração

José Antonio Batista Costa
Conselheiro

Francisco de Assis e Silva
Conselheiro

José Luis de Salles Freire
Conselheiro

CONTADORA

Angela Midori Shimotsu do Nascimento
CRC SP 227742/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Eldorado Brasil Celulose S.A. - São Paulo - SP. **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Eldorado Brasil Celulose S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito na seção intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todo os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eldorado Brasil Celulose S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Reclassificação de empréstimos e financiamentos:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16 as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Companhia não cumpriu com determinadas cláusulas contratuais (covenants) de contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras em 31 de dezembro de 2017 e não obteve o *wavier* das instituições financeiras até a presente data. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), considerando que a Companhia e suas controladas não detinham o direito incondicional de postergar a liquidação dessas obrigações registradas no balanço patrimonial, individual e consolidado, nos montantes de R\$ 5.751.249 mil e R\$ 7.314.815 mil, respectivamente, em pelo menos dez meses após 31 de dezembro de 2018, os montantes de R\$ 3.619.771 mil e R\$ 5.096.496 mil, classificados no passivo não circulante, individual e consolidado, respectivamente, deveriam ter sido integralmente classificados no passivo circulante em 31 de dezembro de 2018. Consequentemente, o passivo circulante, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2018 estão apresentados a menor em R\$ 3.619.771 mil e R\$ 5.096.496 mil, respectivamente, e o passivo não circulante, individual e consolidado, apresentados a maior pelos mesmos montantes. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfases: Acordos de Colaboração Premiada, Acordo de Leniência e Investigação Independente:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 30 as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em maio de 2017 determinados executivos e ex-executivos do Grupo J&F Investimentos S.A. (J&F) celebraram Acordos de Colaboração Premiada (Colaboração) com a Procuradoria Geral da República (PGR), posteriormente homologados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os acordos preveem além de outros temas a colaboração com o Ministério Público Federal (MPF) acerca de todos os fatos relatados àquela autoridade. Ainda, em junho de 2017, a J&F celebrou Acordo de Leniência (Acordo) com o MPF e no dia 24 de agosto de 2017 a 5ª Câmara do MPF homologou o Acordo firmado, sendo que no dia 11 de outubro de 2017 o juiz federal titular da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, em audiência de justificação, também homologou judicialmente o Acordo celebrado. Esse Acordo diz respeito às operações Cui Bono, Carne Fraca, Sepsis e Greenfield. Em 21 de setembro de 2017, a Companhia celebrou termo de adesão ao Acordo, resguardando os impactos financeiros integralmente assumidos pela J&F. A condução de uma investigação interna acerca dos fatos relacionados à Companhia relatados na Colaboração é uma das obrigações impostas no Acordo. O Comitê de Supervisão Independente (CSI) tem, dentre outras, a função de aprovar os prestadores de serviços que conduzem a investigação interna na Companhia, bem como ajustar os respectivos planos de trabalho para a investigação. Em julho de 2017, foi iniciada a investigação, por meio de profissionais especializados, externos e independentes em relação à Companhia. Em 20 de abril de 2018, esses profissionais concluíram as investigações, corroborando em grande parte as irregularidades constantes nos anexos da Colaboração. No quarto trimestre de 2018, a pedido do Ministério Público Federal à Equipe de Investigação, foram iniciados procedimentos complementares à investigação ora finalizada. O escopo complementar, refere-se exclusivamente a fatos narrados no Acordo de Leniência e temas já abordados na referida investigação concluída. Até a presente data, os procedimentos complementares ainda estão em curso e o prazo final previsto para conclusão dos trabalhos é 31 de março de 2019. Adicionalmente, permanece em aberto as investigações no Grupo J&F. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **ICMS a recuperar:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9 as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descreve sobre as ações que a Companhia vem priorizando no sentido de maximizar a realização dos créditos de ICMS que estão condicionadas principalmente na expectativa do incremento das vendas de celulose para o mercado interno, e a concessão de incentivos pelo governo do Estado do Mato Grosso do Sul para pagamento de fornecedores a serem contratados no âmbito do projeto de expansão da produção. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção intitulada "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Reconhecimento de receita:** As receitas da Companhia oriundas de vendas de celulose são reconhecidas quando os riscos e benefícios são substancialmente transferidos ao comprador. Em razão da diversidade e variedade dos termos contratuais, da relevância dos valores e do julgamento envolvido na determinação do momento em que os riscos e benefícios dos produtos vendidos são transferidos para a contraparte, os quais podem impactar o valor reconhecido nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais, foi considerado como assunto significativo para a nossa auditoria. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: • Realização de testes documentais, em base amostral, sobre a existência e a contabilização das receitas no período adequado, avaliando o momento do reconhecimento da receita de vendas pela transferência da

propriedade do produto da Companhia ao cliente, considerando a documentação suporte de embarque e entrega dos produtos vendidos; • Análise dos indicadores internos e externos da Companhia, tais como volumes de produtos vendidos e variações nos preços, para identificar tendências não usuais que poderiam indicar erros materiais no reconhecimento da receita; • A avaliação e teste sobre os sistemas relevantes de Tecnologia da Informação; • Revisão da adequada divulgação realizada nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o reconhecimento de receitas e as divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes. **Avaliação da recuperação de créditos tributários estaduais e federais (correntes e diferidos):** Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 9 e 18 as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia possui em seu ativo saldo de impostos a recuperar relativo a ICMS, além do imposto de renda e contribuição social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa recorrentes nos últimos exercícios. Os créditos tributários de ICMS foram formados em função de suas operações mercantis, as quais contavam com incentivos fiscais concedidos pela legislação tributária aos exportadores. A realização dos tributos a recuperar tem base em estudo técnico e na projeção de compras e vendas em exercícios futuros, considerando inclusive fatores que não estão totalmente sob o controle da Companhia, no que se refere a obtenção através de requerimento específico e mediante aprovação da autoridade fiscal do Estado do Mato Grosso do Sul e a dos tributos diferidos nas expectativas de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia utiliza-se de premissas contábeis e de negócios nos cálculos das projeções acima que incluem, entre outras, premissas quanto a estimativa de compras e vendas, taxas de crescimento nas operações e as margens de lucro